



Dimensão Econômica:

Lógica da ganância e escassez *versus*
Lógica da fraternidade e abundância

Curso de Especialização em “Dimensão Social da Fé”

Parceria CEFEP, Cepast-CNBB, CBJP e UNICAP

30 de outubro de 2024

PROGRAMA

Método (1) Ver, (2) Julgar e (3) Agir

1 - Brasil: realidade de abundância e cenário de escassez

2 - Análise dos 4 principais eixos que sustentam o modelo econômico que atua no Brasil

- 1. - Sistema da Dívida**
- 2. - Política monetária suicida**
- 3. - Modelo tributário regressivo**
- 4. - Modelo extrativista irresponsável para com as pessoas e o ambiente**

3 - Propostas de mudança para outro modelo econômico

Tópico 1

Brasil: realidade de abundância e cenário de escassez

PARADOXO BRASIL

10ª Maior Economia Mundial

IMENSAS POTENCIALIDADES

REALIDADE DE ABUNDÂNCIA

- Maior reserva de Nióbio do mundo
- Imensa reserva de petróleo
- Maior reserva de água doce do mundo
- Maior área agricultável do mundo
- Riquezas minerais diversas e Terras Raras
- Riquezas biológicas: fauna e flora
- Extensão territorial e mesmo idioma
- Clima favorável, recorde de safra
- Potencial energético, industrial e comercial
- Riqueza humana e cultural
- Riquezas financeiras: temos mantido cerca de R\$ 5 trilhões em caixa há vários anos, em Reservas Internacionais (US\$ 367 Bilhões), no caixa no Banco Central e na Conta Única do Tesouro Nacional
- Dívida Ecológica histórica e atual
- Potencial de arrecadação tributária

CENÁRIO DE ESCASSEZ

CRISES

➤ **Econômica seletiva**

- Desindustrialização
- Queda da atividade comercial
- Desemprego, Informalidade
- Perdas salariais
- Privatizações
- Ajuste Fiscal e cortes
- Encolhimento do PIB
- Extrema pobreza

➤ **Social**

➤ **Política**

➤ **Ambiental**

CRESCIMENTO ACELERADO DA DÍVIDA PÚBLICA = **CRISE FISCAL**

LUCRO RECORDE DOS BANCOS

Estamos vivendo no avesso do Brasil que merecemos <https://bit.ly/3AWc2QN>

- 7,3 milhões de desempregados
- 22 milhões de empregados informais
- 19 milhões de pessoas trabalhando por “conta própria” sem CNPJ
- Mais de 90% da população recebe apenas até cerca de 2 salários mínimos

Fonte: PNAD Contínua – IBGE - Trimestre móvel de junho, julho e agosto de 2024

https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Quadro_Sintetico/2024/pnadc_202408_quadroSintetico.pdf

- 40 milhões de brasileiros estão em insegurança alimentar (Fonte: ONU 2023 <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/06e0ef30-24e0-4c37-887a-8caf5a641616/content> - página 207)



BRASIL: 10ª maior economia mundial, imensas riquezas, mais de R\$ 5 trilhões em caixa

89º IDH (2022)
Maior concentração de renda do mundo (2022)

Isso não é acaso, mas decorre do modelo econômico aqui aplicado

IDH dos países da América Latina e Caribe

Posição e indicadores em 2019, 2021 e 2022

Posição (*) em 2022 ▼	País	IDH 2019	IDH 2021	IDH 2022
44	Chile	0,861	0,855	0,860
48	Argentina	0,852	0,842	0,849
51	Saint Kitts and Nevis	0,783	0,777	0,838
52	Uruguai	0,821	0,809	0,830
54	Antigua e Barbuda	0,800	0,788	0,826
57	Bahamas	0,816	0,812	0,820
57	Panamá	0,817	0,805	0,820
60	Trinidad e Tobago	0,821	0,810	0,814
62	Barbados	0,799	0,790	0,809
64	Costa Rica	0,819	0,809	0,806
73	Granada	0,800	0,795	0,793
77	México	0,779	0,758	0,781
81	São Vicente e Granadinas	0,769	0,751	0,772
82	República Dominicana	0,771	0,767	0,766
83	Equador	0,760	0,740	0,765
85	Cuba	0,788	0,764	0,764
87	Peru	0,780	0,762	0,762
89	Brasil	0,766	0,754	0,760
91	Colômbia	0,768	0,752	0,758
95	Guiana	0,708	0,714	0,742



O Brasil é o PAÍS DA ABUNDÂNCIA

- Riquezas naturais imensas
- Potencialidades econômicas
- Cerca de R\$ 5 trilhões em caixa
- Juros mais elevados do mundo, recorde de safra (grãos e proteína animal) e recorde de lucro dos bancos

Exportações do agronegócio brasileiro chegam a US\$ 82,3 bilhões no semestre, aponta Mapa

Só no mês de junho, as vendas externas de itens do agro alcançaram US\$ 15,20 bilhões

Carol Raciunas, colaboração para a CNN
15/07/2024 às 21:55



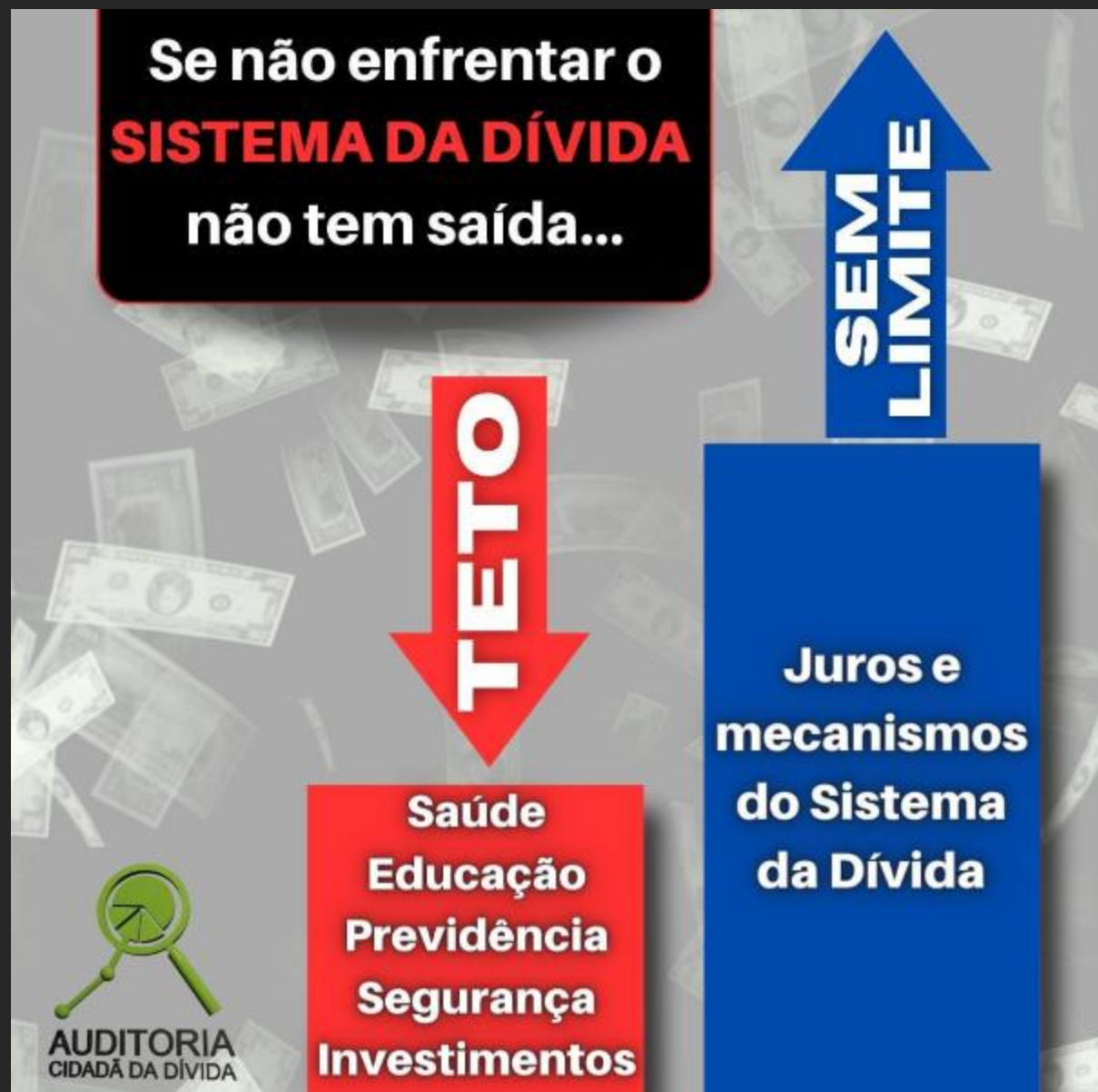
Mas o cenário de ESCASSEZ atinge a vida da imensa maioria das pessoas e os Direitos Sociais

- Pobreza, miséria e até fome
- Congelamento salarial
- Teto e arcabouço para investimentos sociais

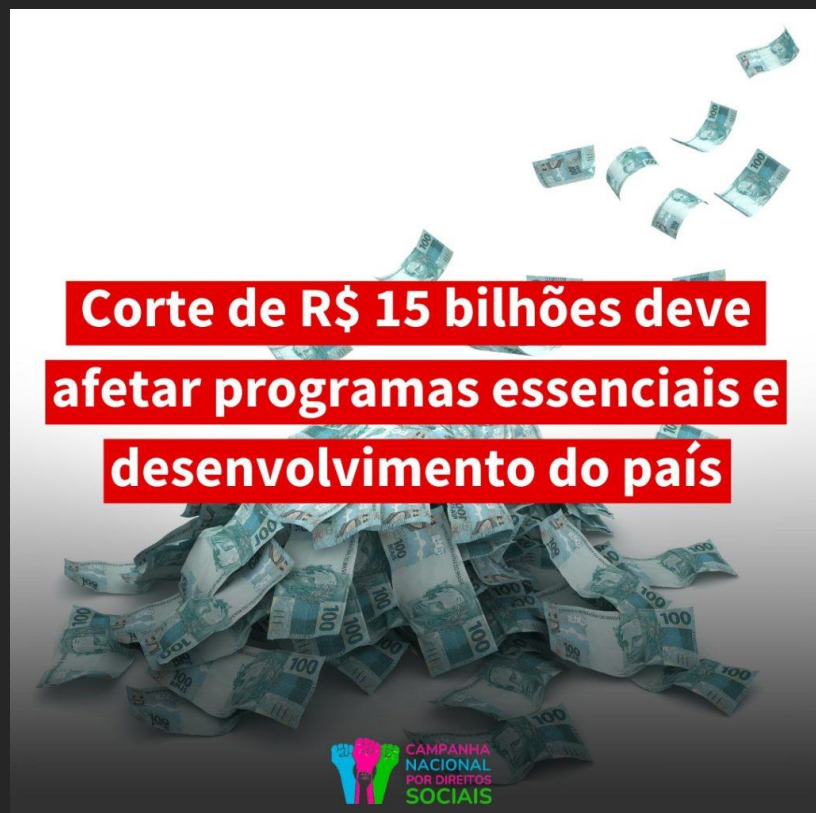
GOVERNO
Torneira está fechada para reajuste em 2024

Lei Complementar 200/2023 ARCABOUÇO FISCAL

- Manteve o teto de gastos sociais para “*guardar recursos importantes para o pagamento do endividamento público*”
- Impõe graves restrições orçamentárias para cumprir o teto e a meta de superávit primário



Como previsto, o arcabouço fiscal reduz participação dos investimentos sociais no orçamento!



<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/corte-de-r-15-bilhoes-deve-afetar-programas-essenciais-e-desenvolvimento-do-pais/>

Como o bloqueio de verbas afeta as Ifes?

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

- O bloqueio representa 18% do recurso que a instituição possui para pagamento de energia, água, serviços de limpeza, segurança e manutenção.

R\$ 30 milhões bloqueados

Fonte: UFPE

ANDES SINDICATO NACIONAL

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/andes-sn-cobra-governo-por-bloqueio-na-destinacao-de-orcamento-para-areas-sociais/>

Apesar de recordes na arrecadação os direitos dos servidores públicos continuam sendo negligenciados e o governo anunciará mais cortes

agênciaBrasil

ÍCIAS | CULTURA DIREITOS HUMANOS ECONOMIA EDUCAÇÃO ESPORTES GERAL INTERNACIONAL

Economia

Com R\$ 201,6 bi em agosto, arrecadação federal volta a bater recorde

Receita arrecadada de janeiro a agosto soma R\$ 1,7 trilhão

WELLTON MÁXIMO – REPÓRTER DA AGÊNCIA BRASIL

Publicado em 19/09/2024 - 16:48
Brasília

Buscar



Arcabouço Fiscal impõe TETO que impede o crescimento de investimentos sociais

Governo prepara pacote 'relevante' de revisão de gasto

Plano deve ser apresentado até dezembro, e ideia é tratar medidas como política de Estado

Por Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta — De Brasília

15/10/2024 05h00 · Atualizado há 7 horas



RISCO DE MAIS RETROCESSO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

AgênciaBrasil

Governo quer reavaliar pisos para gastos com saúde e educação

Mudanças ocorreriam por emenda constitucional a partir de 2025

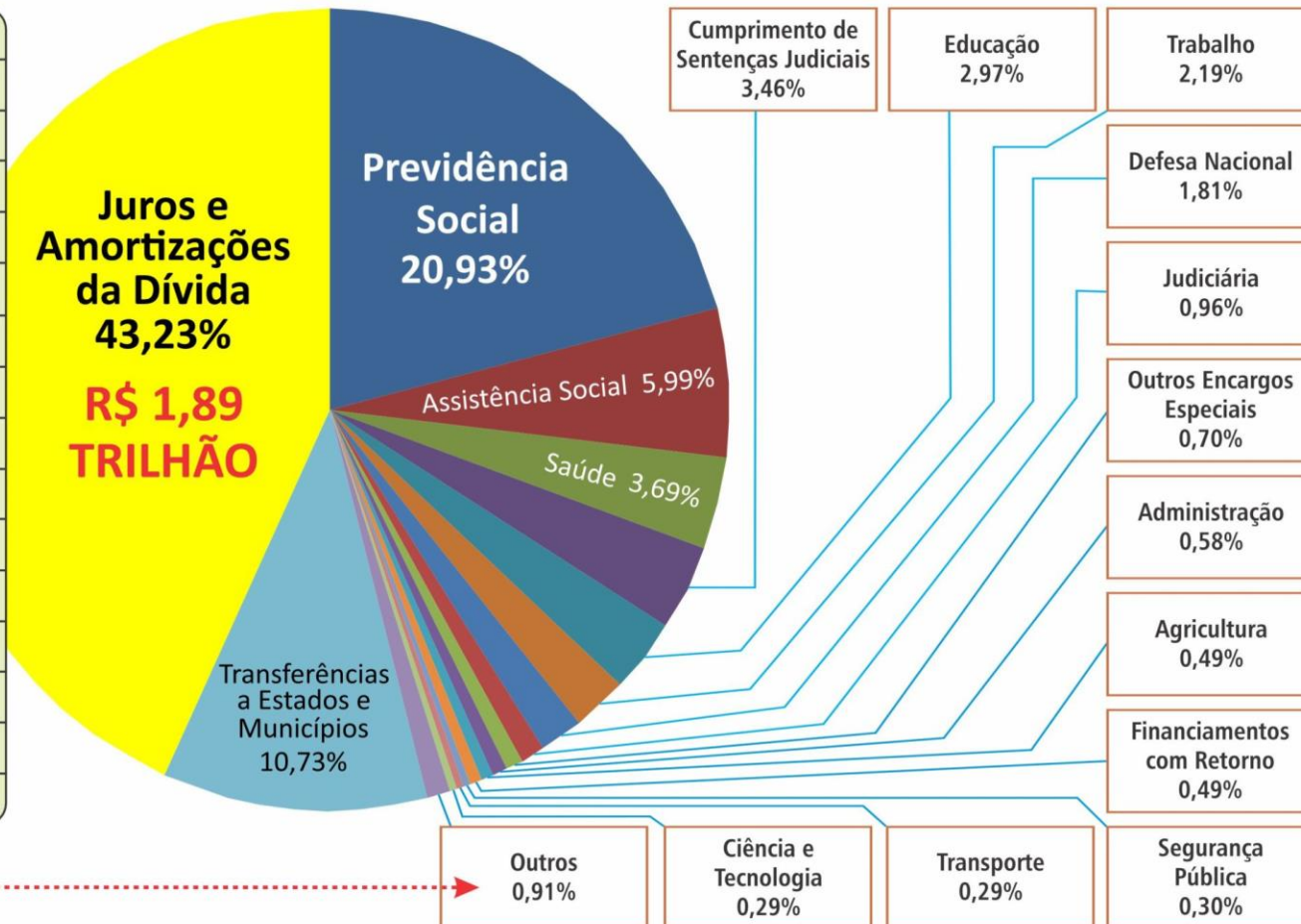
O artigo 212 da Constituição Federal estabelece PISO MÍNIMO de recursos a serem aplicados em EDUCAÇÃO:

Art. 212 - "A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino"

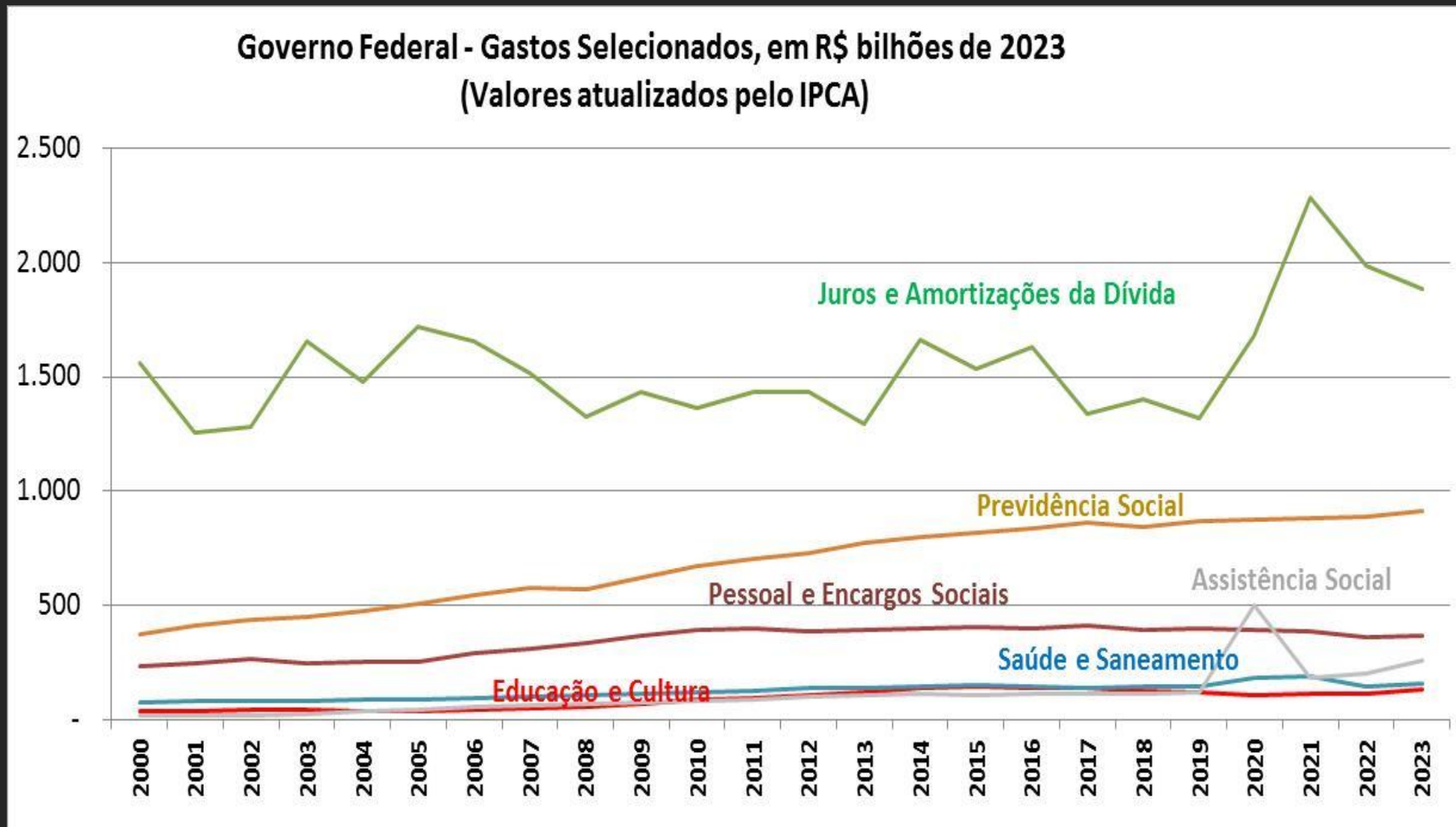
ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



ONDE DE FATO ESTÁ O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ?



Por quê a estrutura do Estado está sucateada, se temos imensas riquezas sob todos os aspectos e TEMOS MANTIDO TRILHÕES EM CAIXA HÁ VÁRIOS ANOS?

➤ Chegamos a **mais de R\$ 5 TRILHÕES em caixa:**

- **R\$ 1,50 TRILHÃO** na Conta Única do Tesouro Nacional (em 30/8/2024)
- **R\$ 1,64 TRILHÃO** no caixa do Banco Central (em 30/8/2024)
- **R\$ 2,07 TRILHÕES** em Reservas Internacionais (em 11/10/2024)

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx
(Tabela 4, Linhas 44, 50 e 52), e Serie Temporal do BCB nº 13.621

Lucro dos bancos seguiu aumentando
Ver "Assalto aos Cofres Públicos" <https://bit.ly/3xKnEp4>

Estamos sob a Ditadura do Capital <https://bit.ly/39IIH2C>

Congresso aprovou reformas, os juros subiram e o dólar também. Banco Central aumenta juros sob a falsa justificativa de combater a inflação. Mas a inflação é causada por preços administrados pelo próprio governo !



Imagem: Credit Suisse/Divulgação

Juro e dólar subirão se Brasil não fizer reforma em 6 meses, diz economista

Antonio Temóteo
Do UOL, em Brasília
17/01/2021 04h00

O Brasil tem seis meses para realizar reformas para equilibrar as contas públicas. Caso isso não ocorra, o preço do dólar, os juros e a inflação vão subir e o país perderá a credibilidade perante os investidores. A previsão é da economista-chefe para o Brasil do banco Credit Suisse, Solange Srouf.



13 DE AGOSTO, 2021

Monitor Mercantil: Banco Central dispara a Selic e aprofunda a crise fabricada, por Maria Lucia Fattorelli



06 DE AGOSTO, 2021

Banco Central "autônomo" aumenta a "Taxa Selic" pela quarta vez seguida e dá mais R\$ 71 bilhões de juros por ano para os rentistas

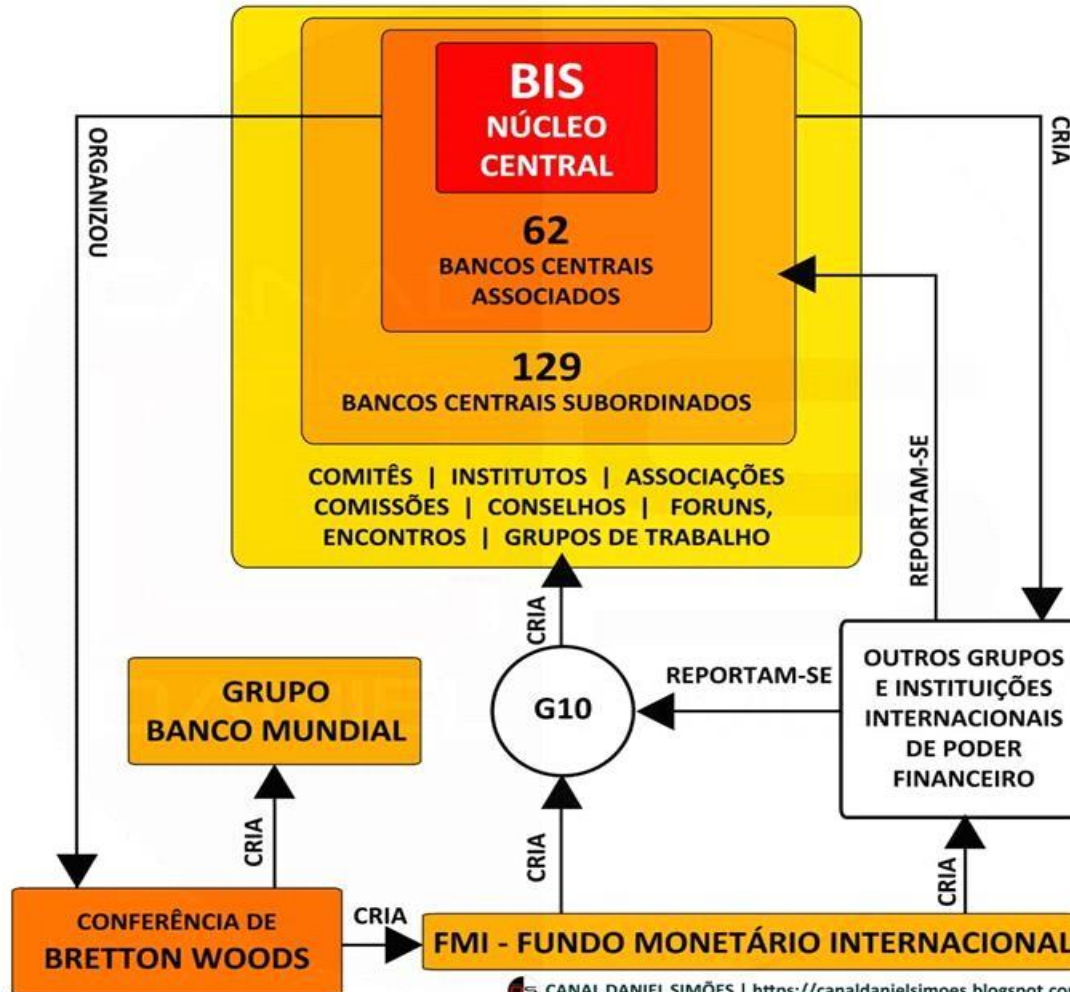
AVANÇO ACELERADO DA PAUTA DO CAPITAL

- “Arcabouço Fiscal” – Continuação do teto de gastos sociais (Lei Complementar – LC 200/2023)
- “Autonomia” do Banco Central (LC 179/2021 e PEC 65/2023) <https://bit.ly/3wyxqKC>
- Elevação da taxa de juros pelo BC sem justificativa <https://bit.ly/3zj7eEX>
- PEC 186 (EC 109) <https://bit.ly/3dnzw7q>
- Dolarização e liberdade para operações em dólar no país (Lei 14.286/2021) <https://bit.ly/3fPqgKh> Moeda digital do Banco Central
- PRIVATIZAÇÕES INSANAS <https://bit.ly/3hSjYwh>
- Securitização de créditos (Lei Complementar 208/2024) <https://bit.ly/3avKVkI> e Regime de “recuperação” fiscal nos Estados (LC 173 e 178) <https://bit.ly/2Wrqkdq>
- Orçamento Federal com amplo privilégio para gastos financeiros com a “dívida pública” <https://bit.ly/3vyh0Ct>
- PEC 32 <https://bit.ly/3leLUtK>

QUEM MANDA NO BRASIL ?

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS ENTRE B.I.S., G10, F.M.I. E GRUPO BANCO MUNDIAL

Criado por Daniel Simões - Dados de 09.07.2020



CANAL DANIEL SIMÕES | <https://canaldanielsimoes.blogspot.com/>

O BIS e o SISTEMA DA DÍVIDA

<https://bit.ly/3hVPV3Z>

BANCO PRIVADO

BIS:

Centro do poder de
regulamentação e
supervisão financeira
global

<https://bit.ly/35mCy7h>

Tópico 2

Análise dos 4 principais eixos que sustentam o modelo econômico que atua no Brasil

O QUE SEPARA A REALIDADE DE ABUNDÂNCIA DO CENÁRIO DE ESCASSEZ NO BRASIL?



MODELO ECONÔMICO ERRADO, CONCENTRADOR DE RENDA E RIQUEZA

- Principais eixos: <https://bit.ly/33bVDd0>
 - ✓ SISTEMA DA DÍVIDA
 - ✓ POLÍTICA MONETÁRIA SUICIDA
 - ✓ MODELO TRIBUTÁRIO REGRESSIVO
 - ✓ MODELO EXTRATIVISTA IRRESPONSÁVEL PARA COM AS PESSOAS E O AMBIENTE

Papa Francisco cita a DÍVIDA FINANCEIRA e a DÍVIDA ECOLÓGICA

Carta Encíclica Laudato Si (2015)

52. *A dívida externa dos países pobres transformou-se num instrumento de controle, mas não se dá o mesmo com a dívida ecológica. De várias maneiras os povos em vias de desenvolvimento, onde se encontram as reservas mais importantes da biosfera, continuam a alimentar o progresso dos países mais ricos à custa do seu presente e do seu futuro. (...) e, como disseram os bispos dos Estados Unidos, é oportuno concentrar-se «especialmente sobre as necessidades dos pobres, fracos e vulneráveis, num debate muitas vezes dominado pelos interesses mais poderosos». **É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana.** Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença.*

Papa Francisco cita a **DÍVIDA FINANCEIRA** e a **DÍVIDA ECOLÓGICA**

Documento *Oeconomicae et pecuniariae* (2018)

https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20180106_oconomicae-et-pecuniariae_po.html

*(...) Neste âmbito, parece claro que aplicar **taxas de juros excessivamente elevadas, não sustentáveis** pelos sujeitos que tomaram os créditos, representa uma operação não somente ilegítima eticamente, mas também disfuncional à saúde do sistema econômico. Semelhantes práticas, assim como comportamentos usurários, desde sempre foram advertidos pela consciência humana como iníquos e pelo sistema econômico como adversos ao seu bom funcionamento.*

(...)

*A criação de títulos de crédito de alto risco - que operam uma espécie de **criação fictícia de valor**, sem um adequado controle de qualidade e uma correta avaliação do crédito ... (conforme por exemplo, **securitização** dos empréstimos)....*

2020: Convocação da Juventude do mundo inteiro para formular a ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

Contribuições para o debate:

- **A Economia de Francisco e o Sistema da Dívida**
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-economia-de-francisco-e-o-sistema-da-divida/>
- **Observatório de Finanças da CBJP: Quem financia o Estado e quem se beneficia do gasto público**
Análise do Fluxo de Recursos na Esfera Pública

Texto: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/analise-do-fluxo-de-recursos-na-esfera-publica-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia/>

Vídeos: <https://auditoriacidada.org.br/video/minicurso-aula-1-quem-financia-o-estado-e-quem-se-beneficia-com-o-gasto-publico/>

➤ **2.1 - Sistema da Dívida**

A dívida pública deveria estar financiando investimentos de interesse da sociedade e do país, viabilizando o nosso desenvolvimento socioeconômico.

Mas não é isso que acontece! O endividamento público tem funcionado às avessas:

“SISTEMA DA DÍVIDA”

- Contínua subtração de recursos públicos;
- Ausência de contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União TCU <https://bit.ly/2NTPIJo>
- Dívida alta tem justificado teto de gastos, arcabouço fiscal, contrarreformas, privatizações, juros altos (!).
- Ver vídeo 17 <https://bit.ly/2YE5R2S>

“Sistema da Dívida”

Como opera

- Modelo Econômico
- Privilégios Financeiros
- Sistema Legal
- Sistema Político
- Corrupção
- Grande Mídia
- SISTEMA FINANCEIRO: BIS, FMI, BM, BID, Bancos Centrais, banca privada internacional e nacional



Dominação financeira e graves consequências sociais

TCU CONFIRMOU QUE A DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL NÃO TEM CONTRAPARTIDA EM INVESTIMENTOS

Destinação de recursos para investimentos



VIA ORÇAMENTO

- No período de 2000 até 2017, nenhuma despesa orçamentária do OFSS classificadas no GND 4 – Investimentos foi custeada com recursos das fontes 43 ou 44 (fonte emissão de títulos)

VIA BNDES

Países	Valor Liberado Até Agosto/2017
Brasil	449.925.787.081,14
Argentina	1.212.460.250,20
Angola	1.006.233.901,59
Estados Unidos	654.378.246,44
Venezuela	236.143.356,22
Chile	230.233.940,40
República Dominicana	201.679.496,00
Canadá	56.887.934,21
Equador	40.945.584,10
Uruguai	5.648.435,33
Cuba	2.538.069,09
Peru	75.472,99
México	398.327,29
Índia	265.374,00
Diversos Países	2.307.319.588,72
Total	455.881.695.057,72

Tela apresentada pelo TCU ao Senado em audiência pública da CAE realizada em 25/06/2019
<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

<https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

AFINAL, QUE DÍVIDA É ESSA?

Se a dívida interna federal **não serviu** para investimento no país, como afirmou o TCU, <https://bit.ly/2NTP1Jo>

Para que tem servido?

<https://bit.ly/36AbwLJ>

- Alimenta mecanismos financeiros
- Veículo de transferência de recursos públicos para bancos
- Justificativa para contrarreformas
- Justificativa para privatizações
- Responsável pelo Teto de Gastos e arcabouço fiscal
- Consome a maior fatia do orçamento federal todos os anos.

O Sistema da Dívida impede a Fraternidade

Auditoria da Dívida Pública:

Ferramenta fundamental para garantir transparência, correta aplicação dos recursos públicos e desenvolvimento socioeconômico do Brasil



Maria Lucia Fattorelli

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA



Por que TETO somente para investimentos sociais e liberdade total para gastos com a dívida pública?

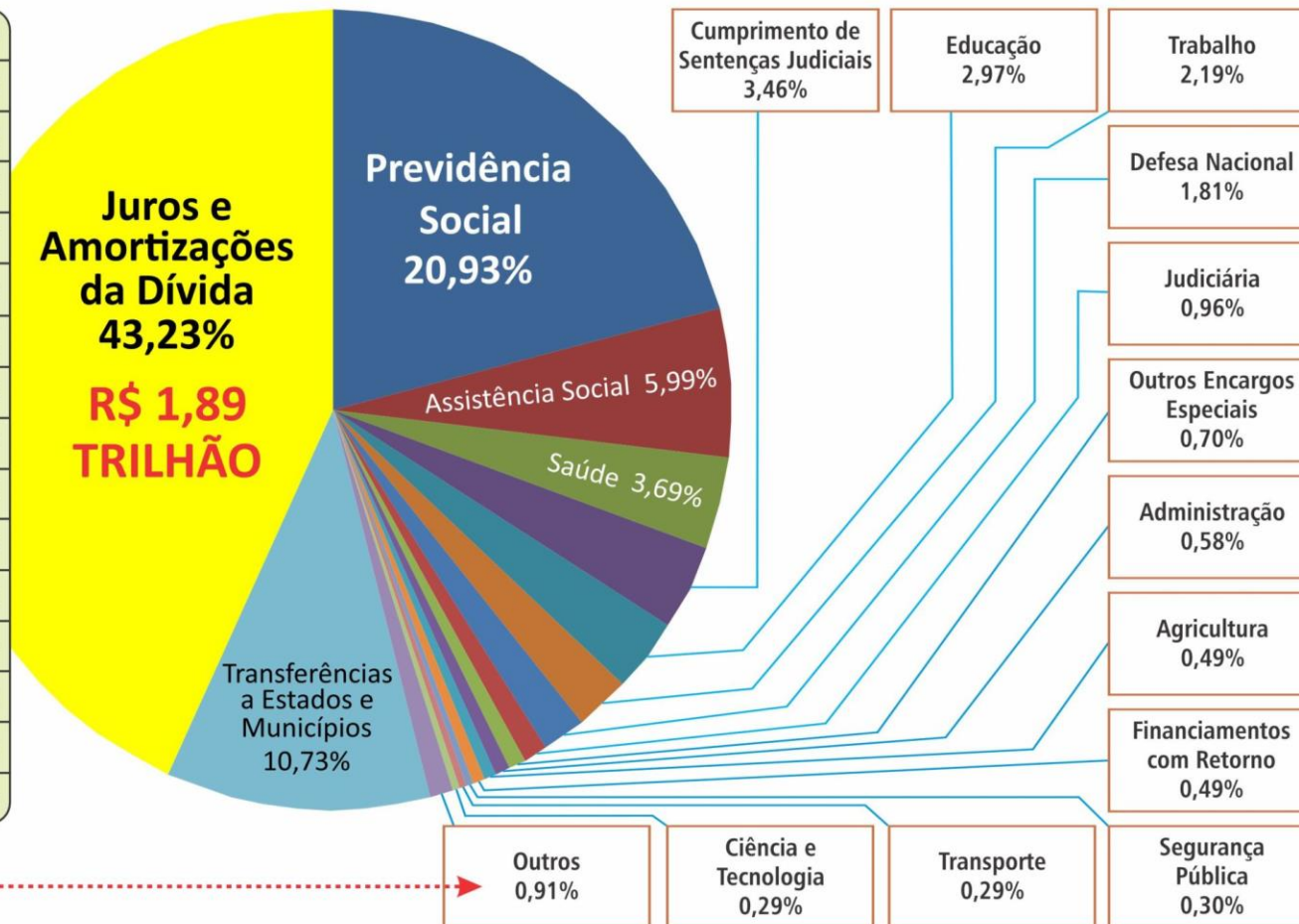
Primeira Edição 2023
Obra autofinanciada - VENDA PROIBIDA

<https://bit.ly/42HOWM3>

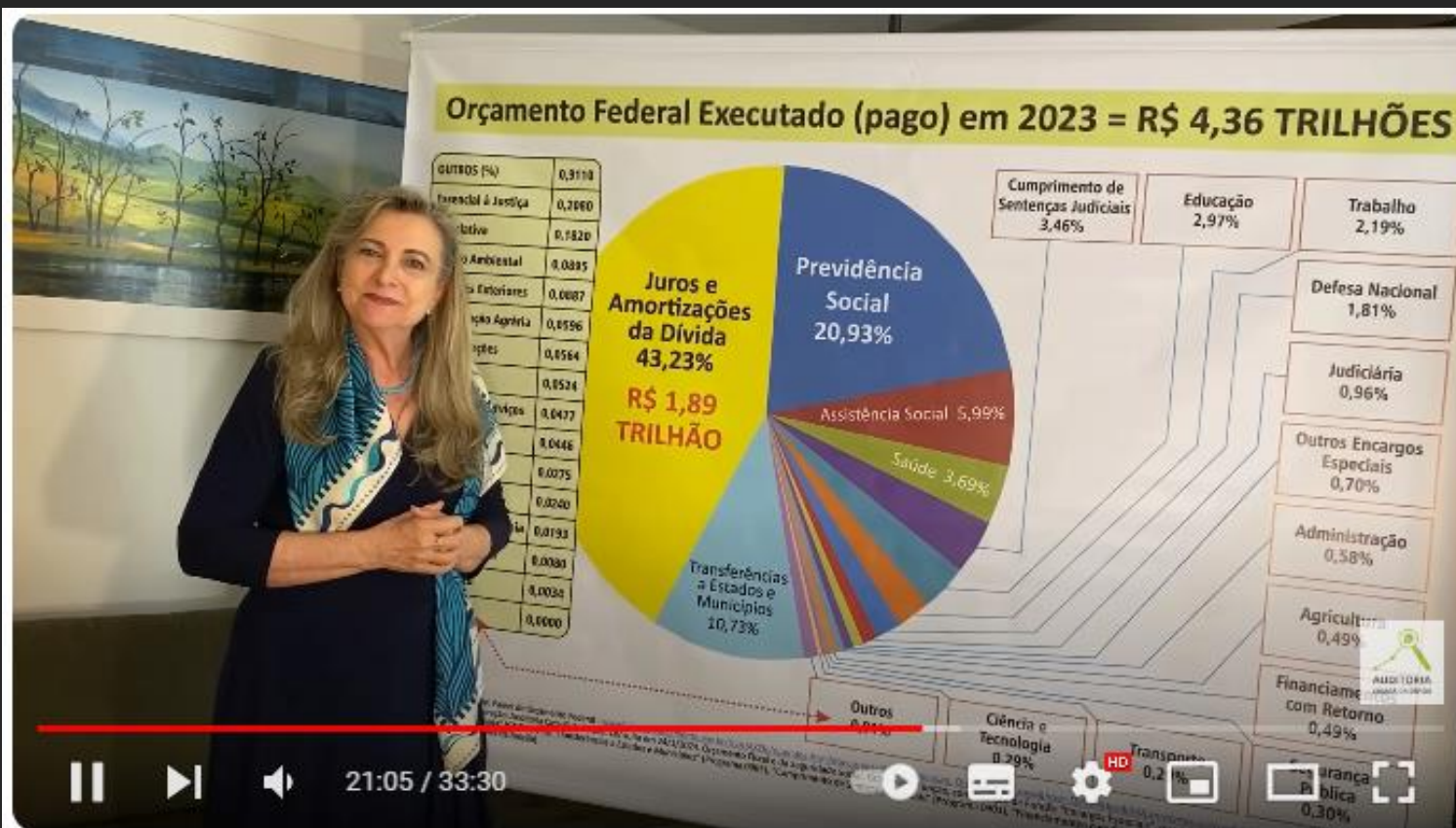
ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO EM 2023 PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal Executado (pago) em 2023 = R\$ 4,36 TRILHÕES

OUTROS (%)	0,9110
Essencial à Justiça	0,2080
Legislativa	0,1820
Gestão Ambiental	0,0895
Relações Exteriores	0,0887
Organização Agrária	0,0596
Comunicações	0,0564
Cultura	0,0524
Comércio e Serviços	0,0477
Indústria	0,0446
Urbanismo	0,0275
Energia	0,0240
Direitos da Cidadania	0,0193
Desporto e Lazer	0,0080
Saneamento	0,0034
Habitação	0,0000



PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA NO ORÇAMENTO FEDERAL



Fattorelli mostra privilégio do Sistema da Dívida e rebate críticas



Auditoria Cidadã ...

82,7 mil inscritos



Inscrito



6,1 mil



Compartilhar



47 mil visualizações há 2 meses #AuditoriaJá #SistemadaDívida #AuditoriaCidadãdaDívida

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, utilizou o gráfico em pizza da

<https://www.youtube.com/watch?v=gx0fvjCy7gl&t>

Por que o GRÁFICO DA ACD É TÃO ATACADO?

- Evidência do Privilégio do Sistema da Dívida: maior fatia, sem teto
- Denúncia dos mecanismos que visam esconder o privilégio do Sistema da Dívida:
 - Contabilização dos Juros como se fosse Amortização: o valor total dos JUROS efetivamente pagos não aparecem no SIOP pois uma parte é registrada como "Amortização";
 - Bolsa-banqueiro: remuneração diária da sobra de caixa dos bancos;
 - Ausência de teto ou limite para gastos com a dívida pública, enquanto investimentos sociais são submetidos a teto, DRU, exigência de Superávit Primário, contrarreformas etc. para que sobre mais dinheiro para a dívida;
 - Gastos com a dívida consomem praticamente todos os recursos advindos da venda de novos títulos: SISTEMA.
- Denúncia de que no Brasil o "endividamento público" não tem contrapartida em investimentos e se presta a alimentar o Sistema da Dívida com os juros mais elevados do mundo e mecanismos espúrios.

NÃO PODEMOS FICAR SUSTENTANDO O SISTEMA DA DÍVIDA À CUSTA DO SACRIFÍCIO DO POVO BRASILEIRO E DO INACEITÁVEL ATRASO SOCIOECONÔMICO

Por que o GRÁFICO DA ACD É TÃO ATACADO?

➤ SOBRE O TEMA, VER:

- Artigo: O gráfico elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida está correto
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/artigo-no-extraclasse-defende-veracidade-do-grafico-da-acd/>
- Gráficos da Auditoria Cidadã da Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/categoria-conteudo/graficos/>
- Artigo: Explicação sobre o gráfico do orçamento elaborado pela Auditoria Cidadã da Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>
- Mentiras e Verdades sobre a Dívida
<https://auditoriacidada.org.br/mentiras-e-verdades-sobre-a-divida/>

DÍVIDA PÚBLICA NÃO TEM SERVIDO PARA INVESTIMENTOS SOCIAIS

- Apesar desses vultosos pagamentos, em 2023 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 732 bilhões, tendo crescido de R\$ **8,107** trilhões para **R\$ 8,839 trilhões** no final do ano.
- Enquanto os EUA praticam taxas básicas de juros reais (acima da inflação) de 0,98% ao ano, a Alemanha de 0,75%, e o Japão de 1,73% NEGATIVOS, no Brasil a taxa real é de **7,33%** (out/2024).

Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/09/rankingdejurosreais172094.pdf>

- **R\$ 2,447 trilhões** da dívida (em agosto/2024) representam títulos públicos que o Tesouro Nacional entrega para o Banco Central entregar aos bancos, por meio da “Bolsa Banqueiro” (“operações compromissadas” e depósitos voluntários remunerados”), e paga juros sobre esses títulos, equivalentes à Selic ou mais.

A FALÁCIA DO USO DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

A Dívida Pública **RETIRA** recursos das áreas sociais

A mentira do "déficit" financiado por endividamento

2014 a 2023



Gastos com a dívida pública (juros e amortizações) pagos com receitas de outras fontes (não relacionadas com a emissão de títulos da dívida) que poderiam financiar gastos e investimentos sociais =

**R\$ 2,51
Trilhões**

Gastos e investimentos sociais pagos com receitas de títulos da dívida pública =

**R\$ 1,38
Trilhão**

No final das contas, a
Dívida Pública RETIROU
RESULTADO = R\$ 1,13 Trilhão
das áreas sociais no período

O Sistema da Dívida retirou R\$ 1,13 Trilhão de áreas sociais no período indicado e, além disso, absorveu os recursos advindos da venda de novos títulos públicos, que também poderiam e deveriam estar sendo destinados para investimentos sociais, conforme fazem países desenvolvidos.

A FALÁCIA DA DÍVIDA PARA GASTOS SOCIAIS

- No Brasil a dívida tem servido para SUBTRAIR recursos das áreas sociais: além de consumir praticamente todos os recursos advindos da emissão de novos títulos, ainda absorve recursos provenientes de outras fontes, que deveriam ser destinados a investimentos em áreas sociais.
- Desde o início dos chamados “déficits primários” (a partir de 2014), R\$ 2,51 TRILHÕES de diversas fontes – excluindo-se as provenientes da emissão de novos títulos da dívida pública – foram utilizados no pagamento de juros e amortizações dessa dívida.
- Enquanto isso, o fluxo contrário (recursos provenientes da emissão de títulos da dívida pública destinados para áreas sociais) foi bem menor, de R\$ 1,38 trilhão.
- Portanto, fica evidente que a dívida pública consumiu, em termos líquidos, R\$ 1,13 trilhão de fontes que não incluem novos empréstimos.

• Fonte: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/gasto-com-divida-publica-sem-contrapartida-quase-dobrou-de-2019-a-2021/>

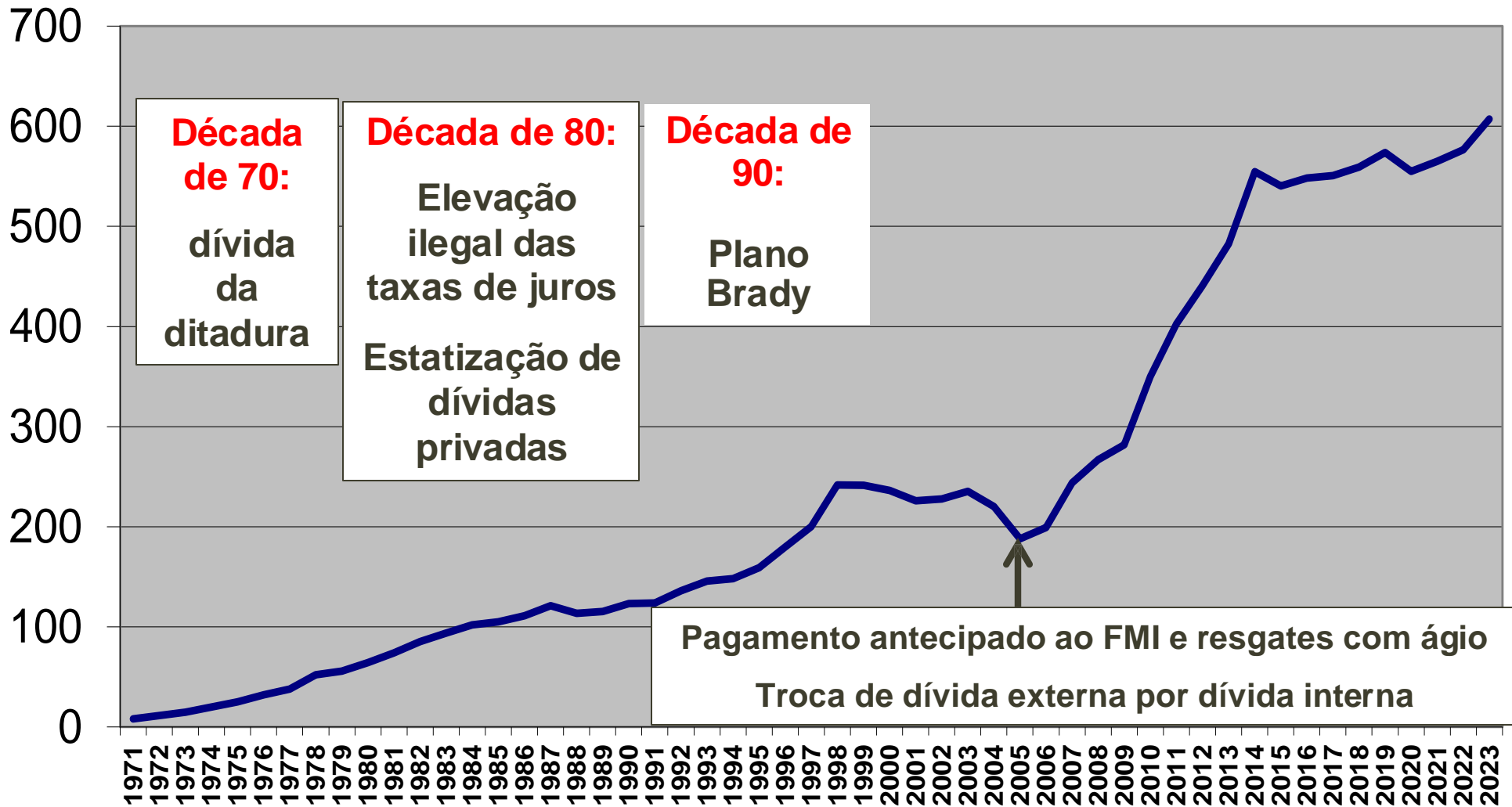
A FALÁCIA DA "ROLAGEM"

- Alguns analistas afirmam que os gastos com a dívida pública não deveriam ser considerados, pois seriam referentes a mera "rolagem", ou seja, o pagamento de amortizações (quitação de parte do principal da dívida) com recursos provenientes da emissão de novos títulos da dívida.
- Porém, **grande parte dos pagamentos de juros e amortizações é feita com recursos que nada têm a ver com recursos advindos da emissão de novos títulos públicos**, conforme visto anteriormente.
- Ademais, **grande parte da dita "rolagem" é, na verdade, referente a pagamento de juros**. Em 2023, o Tesouro Nacional registrou o valor de R\$ 241 bilhões de "Juros e Encargos da Dívida", quando a estimativa do gasto com juros ficou em R\$ 852 bilhões (estimativa obtida pela multiplicação do estoque inicial da dívida em 2023 por seu custo médio divulgado pelo TN).
- A ACD vem denunciando, desde a CPI concluída em 2010, que **sucessivos governos têm contabilizado a parcela dos juros correspondente à "atualização monetária" como se fosse amortização** ("refinanciamento" ou "rolagem").

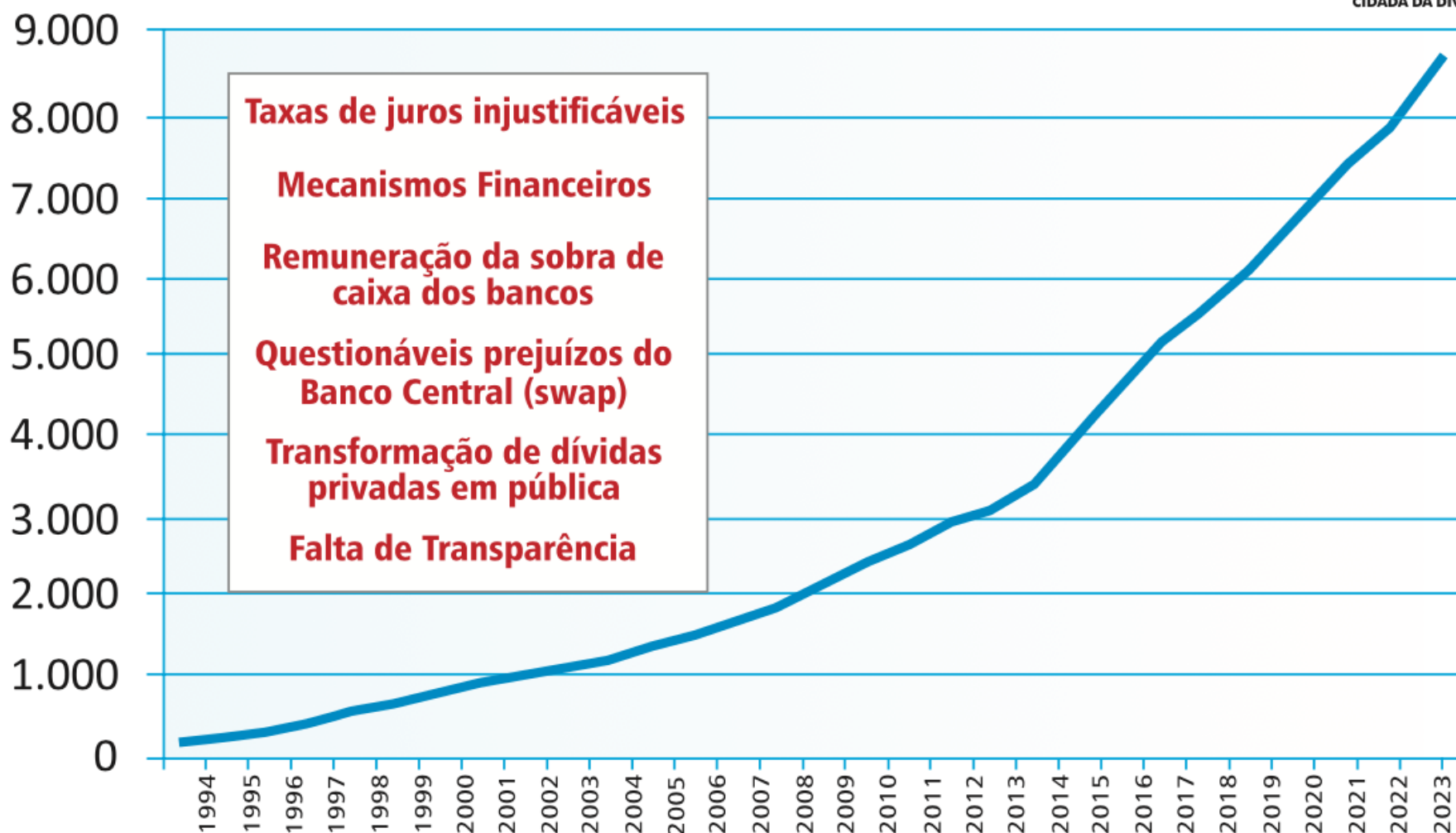
A FALÁCIA DA “ROLAGEM”

- Em 2023, R\$ 1,031 TRILHÃO de pagamentos de juros e amortizações da dívida pública federal são incompatíveis com a definição da chamada “rolagem”, pois correspondem a pagamentos de juros ou de outros mecanismos da dívida pública com recursos de outras fontes distintas da emissão de títulos públicos.
- Ademais, o montante passível de ser considerado como “rolagem” ou “refinanciamento” deve ser considerado no custo do serviço da dívida pública, pois quando o governo toma um empréstimo, ele está fazendo uma opção política sobre o que fazer com o dinheiro: investir na sociedade, ou pagar uma dívida repleta de ilegalidades, que jamais foi auditada, como manda a Constituição Federal.

Dívida Externa (US\$ bilhões)



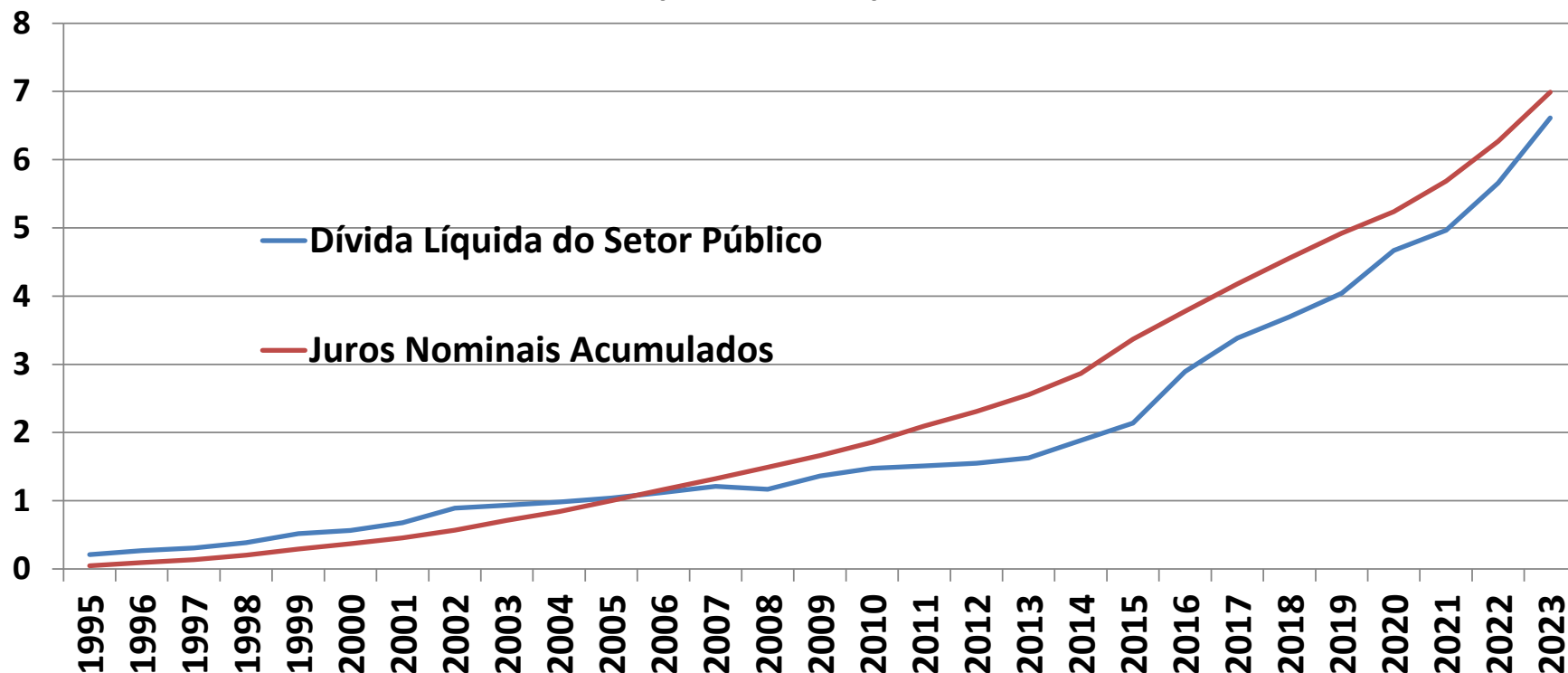
Dívida Interna Federal (R\$ bilhões)



Fonte: Banco Central - Nota para a imprensa - Política Fiscal - Quadro "Títulos Públicos Federais" e Relatório Mensal da Dívida da STN (Anexo 2.1)

JUROS ALTOS SÃO O PRINCIPAL FATOR RESPONSÁVEL PELO CRESCIMENTO EXPONENCIAL DA DÍVIDA PÚBLICA

Relevância dos Juros no Estoque da Dívida Líquida do Setor Público
(R\$ Trilhões)



Fonte: Séries Temporais do Banco Central nº 16.830, 4.478, 16.962 e 4.759. Disponíveis em:

<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>

QUANTO MAIS PAGAMOS MAIS DEVEMOS...

Comparativo - Juros, Amortizações e Estoque da Dívida Pública Federal
(em BILHÕES DE REAIS)

Ano	"Juros e Encargos" da Dívida	Amortizações	Estoque da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna (DPMFI)
2008	110,17	448,74	1.759,13
2009	124,18	517,73	2.036,23
2010	122,02	513,34	2.307,14
2011	131,04	577,00	2.534,90
2012	134,08	618,94	2.823,34
2013	141,69	576,74	2.986,22
2014	170,35	807,57	3.301,05
2015	208,36	753,87	3.936,68
2016	204,89	925,27	4.509,26
2017	203,11	783,01	5.094,94
2018	279,37	786,36	5.523,12
2019	285,09	752,48	5.971,93
2020	346,68	1.034,85	6.691,94
2021	256,21	1.704,61	7.378,33
2022	247,31	1.632,16	7.854,44
2023	240,66	1.646,14	8.587,45

Fonte: Tesouro Nacional - Despesas da União - Séries Históricas -
https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:22345 - Consulta em 4/10/2024. Estoque da DPMFI: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23488 - Planilha 2.1

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Apesar das "Amortizações" gigantes, o estoque da dívida cresce exponencialmente, pois grande parte dos juros é paga com recursos obtidos com a venda de novos títulos públicos e, esse pagamento é contabilizado como "amortizações".

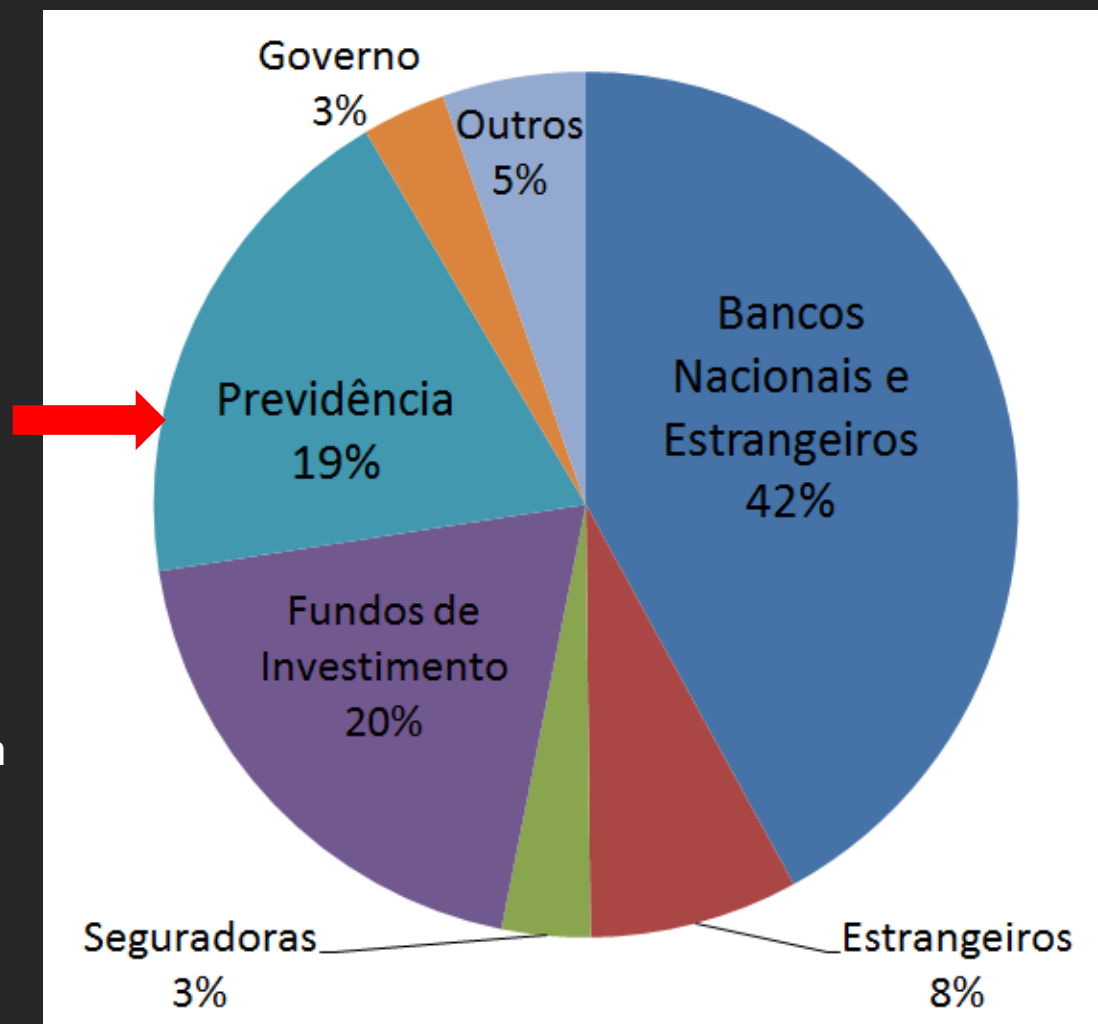
Ver

<https://auditoriacidada.org.br/explicacao/>

Relatório ACD
1/2013

<https://bit.ly/2MVSvfk>

SETORES BENEFICIÁRIOS DA DÍVIDA INTERNA FEDERAL (Dezembro/2023)



Inclui previdência privada (aberta)

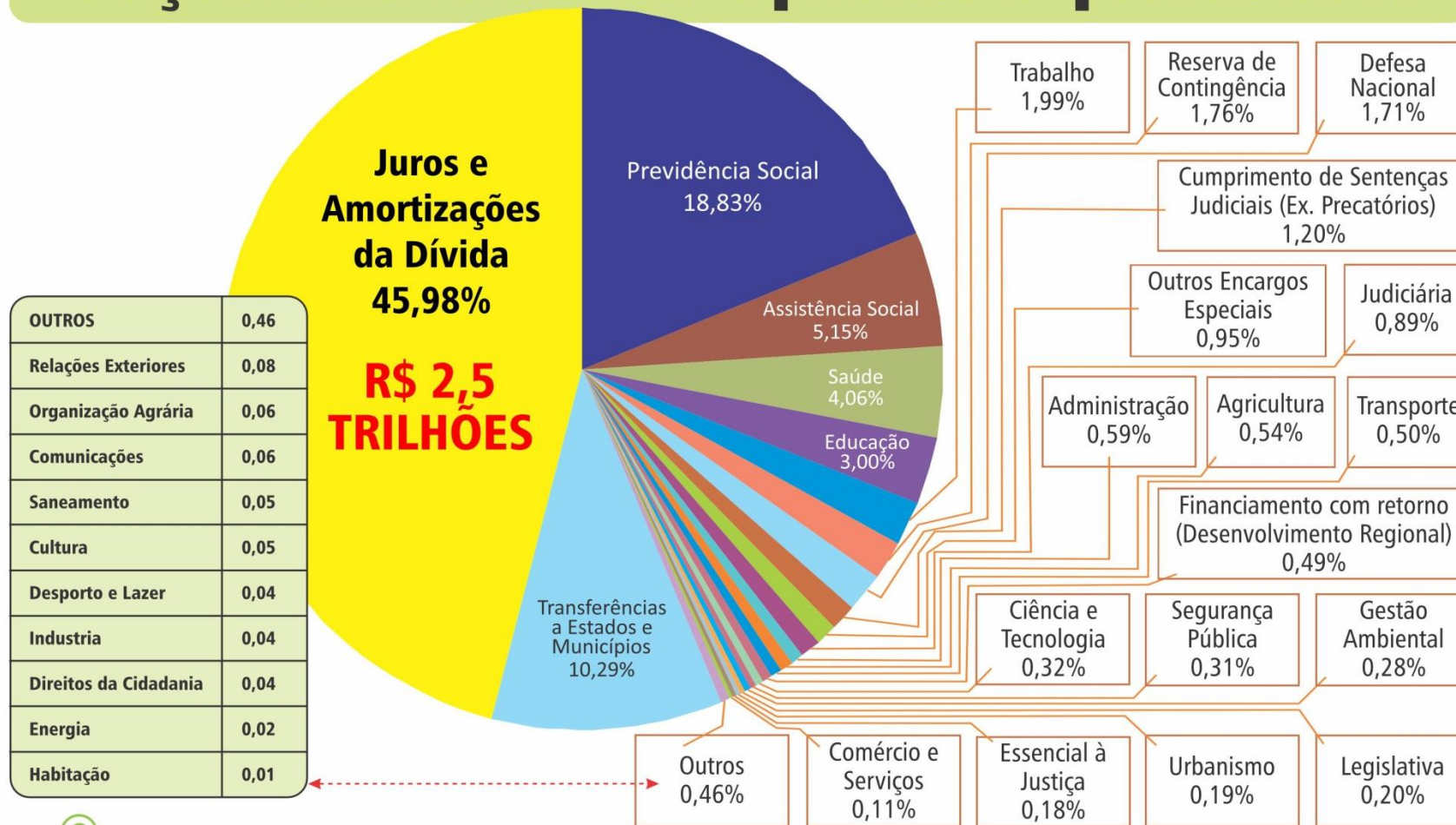
Governos se recusam a informar os beneficiários da dívida pública

O Tesouro Nacional omite nas suas tabelas as "Operações Compromissadas" e os "Depósitos Voluntários Remunerados", que beneficiam instituições financeiras (Bolsa-Banqueiro).

Nota: Inclui na fatia dos Bancos as "Operações Compromissadas" e os "Depósitos Voluntários Remunerados", que não constam na tabela do Tesouro Nacional.
Fonte: https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO_ANEXO:23115 (Tabela 2.7) e https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Tabelas_de_estatisticas_fiscais.xlsx (Operações Compromissadas e Depósitos Voluntários Remunerados - Tabela 4 – Linhas 50 e 52).
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

ORÇAMENTO FEDERAL PARA 2024 – PRIVILÉGIO DO SISTEMA DA DÍVIDA

Orçamento Federal aprovado para 2024



Dívida dos Estados com a União

- Os dados demonstram que a Dívida dos Estados refinanciada pela União (Lei 9.496/97) já foi paga mais de 3 vezes, mas os Estados ainda devem 6 (seis) vezes ou mais o valor refinanciado.
- Estados têm sido extremamente lesados devido às onerosíssimas condições de refinanciamento impostas pela Lei 9.496/97, que gerou ganhos indevidos à União. Ao mesmo tempo, a União deixou de ressarcir aos Estados as perdas decorrentes da Lei Kandir.
- Parte significativa da dívida dos estados (em média, 55% do valor refinanciado) era referente a passivos de bancos estaduais privatizados (PROES), os quais foram simplesmente transformados em “dívida pública”.
- Esses dados demonstram a necessidade de auditoria integral da dívida dos estados e revisão dos valores desde o início.
- Em vez disso, a Lei Complementar 178/2021 autoriza “Securitização” dessas dívidas já pagas, eternizando o processo de forma ainda mais onerosa, comprometendo definitivamente a sustentabilidade do orçamento público dos estados.

A SANGRIA DA DÍVIDA DOS ESTADOS COM A UNIÃO (Lei 9.496/97) – 1997 a 2023

Dívida Original: R\$ 126,157 BILHÕES
(incluindo refinanciamentos até 2023)

Pagamentos: R\$ 418,594 BILHÕES
(mais que o triplo do valor original)

Dívida em 2023: R\$ 734,380 BILHÕES
(quase seis vezes mais que o valor original)

Fontes:

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:26242

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:49046

https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2501:9:::9:P9_ID_PUBLICACAO:49047

A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/a-ameaca-do-regime-de-recuperacao-fiscal/>



A ameaça do Regime de Recuperação Fiscal



Maria Lucia Fattarelli

Introdução

Para garantir o bom funcionamento administrativo, o Brasil é organizado como uma união indissolúvel dos entes federados e compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, todos autônomas, conforme artigos 1º e 18 da CF/88.

O desrespeito ao Federalismo já tem ocorrido sob várias formas, em especial devido à concentração da maior parte da arrecadação tributária na esfera federal, que repassa aos demais entes um Fundo de Participação insuficiente:

Gráfico: Distribuição da arrecadação tributária

Ente Federado	2011		2012		% do total	% do total	% do total	% do total
	Arrecadação (R\$ mil)	% do total	Arrecadação (R\$ mil)	% do total				
União	1.000.000,00	90,00%	1.000.000,00	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%	90,00%
Estados	100.000,00	10,00%	100.000,00	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Municípios	100.000,00	10,00%	100.000,00	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%
Total	1.100.000,00	100,00%	1.100.000,00	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O denominado "Regime de Recuperação Fiscal" dá um tiro de morte ao Federalismo, tendo em vista que tal regime:

- cria uma nova instância de poder consubstanciada em "conselho" formado por 3 membros nomeados que, na prática, ficará acima dos poderes eleitos democraticamente: governadores e parlamentares;
- etemiza o Sistema da Dívida de forma temerária, pois explicita que as dívidas de entes federados poderão ser objeto de "Securitização de Créditos Públicos", esquema que funciona como um consignado de recursos públicos, mediante o qual recursos públicos são desviados para esse esquema durante o seu percurso pela rede bancária e antes de alcançar os cofres públicos.



REGIME DE “RECUPERAÇÃO” FISCAL aprofunda o problema da Dívida dos Estados

- ✓ O RRF teria como objetivo “*corrigir os desvios que afetaram o desequilíbrio das contas públicas*”, porém,
- **O RRF não enfrenta nenhum dos problemas que têm provocado o desequilíbrio financeiro dos entes:**
 - Insuficiência de recursos, devido à concentração das receitas tributárias na esfera federal;
 - FPE e FPM reduzidos, apesar da transferência de atribuições;
 - Ressarcimento insuficiente dos créditos devidos aos entes federados de acordo com a Lei Kandir (até a EC 109; revogou ressarcimentos);
 - Incentivos e renúncias fiscais injustificados;
 - Subtração de recursos pela União devido às abusivas condições do refinanciamento da dívida desde os anos 90.

RRF impõe uma série de medidas nocivas

- Congelamento de salários do funcionalismo público;
- Suspensão de auxílios e direitos de servidores públicos;
- Proibição de concursos públicos e nomeações para novos cargos;
- Entrega/privatização de empresas públicas;
- Imposição de teto de gastos sociais no Estado;
- Vedação à propositura de ação judicial para discutir a dívida refinanciada pela União;
- RISCO DE SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA, o que tende a eternizar a essa dívida dos estados que já foi paga várias vezes!
- Afronta à autonomia política dos estados (Conselho de Supervisão Fiscal).

Fonte : <https://www.brasildefato.com.br/2024/07/17/mg-os-retrocessos-que-o-regime-de-recuperacao-fiscal-rrf-pode-representar-aos-servicos-publicos>

“A DÍVIDA DO RIO GRANDE DO SUL COM A UNIÃO EM DEBATE: ESTA CONTA ESTÁ PAGA!”

Seminário sobre dívida do RS terá transmissão ao vivo



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/seminario-sobre-divida-do-rs-tera-transmissao-ao-vivo/>

“Essa dívida foi constituída, formalizada e formatada politicamente para que ela seja **uma dívida eterna**”, afirma Casarotto



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

Auditor do TCE e membro da ACD denuncia **sistema da dívida** no RS



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

“Nós não temos dívida pública, nós temos um **Sistema da Dívida**”, afirma Fattorelli



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

VER FOLHETO SOBRE A BAIXA DA DÍVIDA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/folheto-folheto-campanha-nacional-pela-auditoria-e-baixa-da-divida-do-rio-grande-do-sul-com-a-uniao/>

GRANDE CAPITAL JÁ NÃO QUER “APENAS” OS JUROS DA DÍVIDA, MAS SE APODERA DIRETAMENTE DA ARRECADAÇÃO

CONSIGNADO DE RECURSOS PÚBLICOS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

**ESQUEMA FRAUDULENTO da chamada
“Securitização de Créditos Públicos”
escancara desvio de recursos para bancos
privilegiados**

Lei Complementar 208/2024

Interpelação:

<https://auditoriacidada.org.br/acd-envia-interpelacao-extrajudicial-para-alertar-parlamentares-sobre-securitizacao-na-pec-23-2021/>

Entrevista TV:

<https://auditoriacidada.org.br/video/tv-democracia-fattorelli-explica-esquema-que-desvia-recursos-publicos-inserido-na-pec-23-2021/>

Esquema de “Securitização de Créditos Públicos” desvia recursos por fora do Orçamento Público



Ver artigo “Securitização: consignado turbinado de recursos públicos”, disponível em <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/securitizacao-consignado-turbinado-de-recursos-publicos/>

Securitização de Créditos: ESQUEMA FRAUDULENTO

CONTRATAÇÃO DISFARÇADA DE DÍVIDA PÚBLICA



DANOS PROVOCADOS PELA CHAMADA "SECURITIZAÇÃO"

Lei Complementar 208/2024

- **Desvio do dinheiro dos impostos pagos pelo povo**, que sequer alcançará os cofres públicos: "alienação fiduciária do fluxo de arrecadação".
- **Perda de controle sobre parte crescente da arrecadação** tributária e não-tributária, que passa a ser desviada durante o percurso pela rede bancária para "contas vinculadas" ao esquema.
- **Comprometimento do orçamento público** do ente que implementar o esquema, que ficará subtraído das receitas desviadas para este esquema e pelo elevadíssimo custo de implementação, prejudicando o financiamento do Estado e o atendimento às políticas públicas
- **Geração ilegal de dívida pública**, que não é contabilizada como "dívida" e é paga por fora dos controles orçamentários, com o dinheiro desviado
- **Bancos e investidores privilegiados passam a se apoderar diretamente da arrecadação tributária e não tributária.**

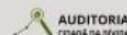
AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ **Prevista na Constituição Federal de 1988**
- ✓ **Plebiscito popular ano 2000: mais de seis milhões de votos. Apoio da CNBB, OAB e diversas entidades da sociedade civil**

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

EXIGIMOS AUDITORIA
DE CADA CENTAVO PAGO
COM O NOSSO SACRIFÍCIO

Com apenas um clique, envie o texto criado pela
ACD para as autoridades e faça a sua parte!



<https://bit.ly/3djrKz>

AUDITORIA DA DÍVIDA

- ✓ Auditoria da Dívida como ferramenta de Mobilização Social
<https://www.youtube.com/watch?v=1eXGecV-v24>
- ✓ A ausência da auditoria é que tem levado o país ao caos
<https://auditoriacidada.org.br/a-ausencia-da-auditoria-e-que-tem-levado-o-pais-ao-caos-por-maria-lucia-fattorelli/>
- ✓ Live: mecanismos e jogadas da dívida <https://auditoriacidada.org.br/video/live-auditoria-cidada-revela-mecanismos-e-jogadas-da-divida/>
- ✓ Auditoria da Dívida é urgente e necessária
<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/auditoria-da-divida-e-urgente-e-necessaria-por-maria-lucia-fattorelli/>
- ✓ Por que a auditoria incomoda tanto <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/por-que-a-auditoria-da-divida-incomoda-tanto/>

➤ **2.2 - Política Monetária Suicida**

Qual tem sido o papel do Banco Central

O Banco Central é uma autarquia especial, com autoadministração, administração pública indireta, personalidade jurídica e autonomia financeira. A "independência" do Banco Central foi objeto do PL 19/2019, transformado em Lei Complementar 179/2021.

O BC foi criado pela Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, substituindo a SUMOC, Superintendência da Moeda e do Crédito.

Suas atribuições foram alteradas pela Lei Complementar 179/2021:

*"O Banco Central do Brasil tem por **objetivo fundamental assegurar a estabilidade de preços.**"*

*"**Sem prejuízo de seu objetivo fundamental, o Banco Central do Brasil também tem por objetivos zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego.**" (segundo plano!)*

Poucos decidem a Política Monetária do país

- O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão superior do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem a responsabilidade de formular a política da moeda e do crédito. Seu objetivo é a estabilidade da moeda e o desenvolvimento econômico e social do país.
- **O CMN é composto por apenas 3 membros: Ministro de Estado da Fazenda (presidente do Conselho), Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento e Presidente do Banco Central do Brasil**

Como funciona o CMN

- Os membros do CMN reúnem-se uma vez por mês para deliberar sobre assuntos como orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; e coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária e da dívida pública interna e externa.

O Banco Central e o COPOM

O Comitê de Política Monetária (Copom) é o órgão do Banco Central, formado pelo seu Presidente e diretores, que define, a cada 45 dias, a taxa básica de juros da economia – a Selic. Essa taxa afeta todos os demais juros da economia.



Taxa SELIC: Ferramenta da Política Monetária

- Ao estabelecer a taxa básica de juros SELIC, o Banco Central afeta profundamente os fluxos de recursos na economia brasileira.
- Em setembro de 2024, a Taxa Selic foi aumentada para 10,75% a.a., e o BC já anunciou que fará outros aumentos, sob a falsa justificativa de “controlar a inflação”, o que não procede, pois a inflação decorre de outros fatores que nada têm a ver com o aumento dos juros.
- A raiz do problema está na manipulação do diagnóstico da inflação para servir à acumulação de capital.
- A elevação da Selic provoca aumento de todas as demais taxas de juros de mercado, encarecendo empréstimos, vendas a prazo e outras operações que extraem grandes volumes de recursos de toda a sociedade, direcionando-os aos bancos.
- PRECISAMOS DE UMA CPI DO BANCO CENTRAL
<https://auditoriacidada.org.br/live-18-4-precisamos-de-uma-cpi-do-banco-central/>

Ver também: <https://www.youtube.com/watch?v=eLuFchMQj4I&t=14s> ; <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/05/lucro-trimestral-dos-grandes-bancos-e-o-maior-da-historia-chegando-a-r-231-bilhoes.ghtml>

BANCO CENTRAL: PRINCIPAL RESPONSÁVEL PELA "DÍVIDA"

Última reunião da diretoria do BC no Copom: elevou a Taxa Selic para 10,75% a. a., por unanimidade (com o voto de 4 indicados por Lula e 1 por Dilma)

Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}	R\$ bilhões	p.p. PIB ^{1/}
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ^{2/}	-10,1	-0,09	10,7	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic ^{2/ 3/}	-55,0	-0,49	-50,3	-0,44
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2/ 3/}	-17,6	-0,16	-17,4	-0,15

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB. conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.

R\$ 55 bilhões a mais de juros por ano a cada 1% a mais na Taxa Selic

Fonte: https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202409_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Taxas de juros reais anuais no mundo desenvolvido:
Alemanha 0,75% a.a. EUA 0,98% a.a. Japão -1,73% a.a.

BRASIL (taxa básica real): **7,33% a.a.**

Fonte: <https://moneyou.com.br/wp-content/uploads/2024/09/rankingdejurosreais172094.pdf>

PRINCIPAL FATOR DE CRESCIMENTO DA DÍVIDA: JUROS

Banco Central: falsa desculpa de combater inflação “de demanda”

- Inflação está dentro da meta, mas o Banco Central alega que os bancos (rentistas da dívida pública) estão com “*expectativas desancoradas*”
- 73% da inflação (IPCA/IBGE) acumulada de janeiro a agosto de 2024 decorrem de preços que não têm relação alguma com uma suposta demanda aquecida, ou seja, não caem com a alta dos juros:
 - preços administrados pelo próprio governo (como combustíveis, energia elétrica, telefonia, água, transporte público, medicamentos, planos de saúde);
 - preços de alimentos, por fatores climáticos e pela priorização da agricultura de exportação, em detrimento da agricultura familiar, principal fonte de alimentos para consumo interno;
 - tarifas bancárias: os bancos se dizem muito preocupados com a inflação, mas subiram as suas tarifas em quase 7% apenas nos 8 primeiros meses do ano.

A indicação do Governo para a presidência do Banco Central pelo que parece, não causará mudança na atual política monetária do Brasil

Lula indica para presidência do Banco Central diretor que defende a atual política de juros



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/lula-indica-para-presidente-do-banco-central-diretor-que-defende-a-atual-politica-de-juros/>

Só discurso não adianta, presidente, tem que ter lei para limitar os juros!



AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/so-discurso-nao-adianta-presidente-tem-que-ter-lei-para-limitar-os-juros/>

Após pedido de vista no Senado, luta contra PEC 65 continua!



CAMPANHA
NACIONAL
POR DIREITOS
SOCIAIS

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/so-discurso-nao-adianta-presidente-tem-que-ter-lei-para-limitar-os-juros/>

PEC 65/2023

Banco Central quer ser EMPRESA regida pelo Direito Privado

Art. 1º da PEC (Parecer do Relator, de 3/9/2024):

“O Banco Central é instituição de natureza especial com autonomia técnica, operacional, administrativa, orçamentária e financeira, organizada sob a forma de pessoa jurídica de direito privado integrante do setor público financeiro, que exerce atividade estatal, dotada de regime jurídico próprio e poder de polícia, incluindo poderes de regulação, supervisão e resolução, na forma da lei.”

- Uma “empresa” com poder de decidir sobre a nossa moeda, administrar as nossas Reservas Internacionais (construídas à custa de dívida pública), definir juros e toda a política monetária do país?
- Uma “empresa” irá supervisionar os bancos???
- Essa “empresa” continuará recebendo mais de R\$ 2,3 trilhões em títulos públicos federais, de graça, e ainda por cima, juros sobre esses títulos que ganha de bandeja?
- Os prejuízos dessa “empresa” continuarão a ser repassados para o Tesouro Nacional?

O Tesouro Nacional tem sustentado o Banco Central, conforme já publicamos (<https://monitormercantil.com.br/tesouro-nacional-financia-banco-central-e-assume-seus-prejuizos/>).

Isso vai continuar?

POLÍTICA MONETÁRIA DO BANCO CENTRAL TRANSFERE RECURSOS PARA BANCOS

**TEMOS DINHEIRO SOBRANDO
PARA REMUNERAR DIARIAMENTE
A SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS?
ESSA É A PRIORIDADE DO PAÍS???**

SIM

NÃO

Estamos enfrentando uma **"Reforma da Previdência"** que retira **R\$ 1 TRILHÃO** (nos próximos 10 anos) das mãos das pessoas que recebem aposentadoria, pensão ou benefício da Seguridade Social.

Porém, você sabia que **R\$ 1 TRILHÃO JÁ FOI DESTINADO PARA OS BANCOS** (nos últimos 10 anos), de forma ilegal, para remunerar diariamente o dinheiro que sobra em seu caixa?

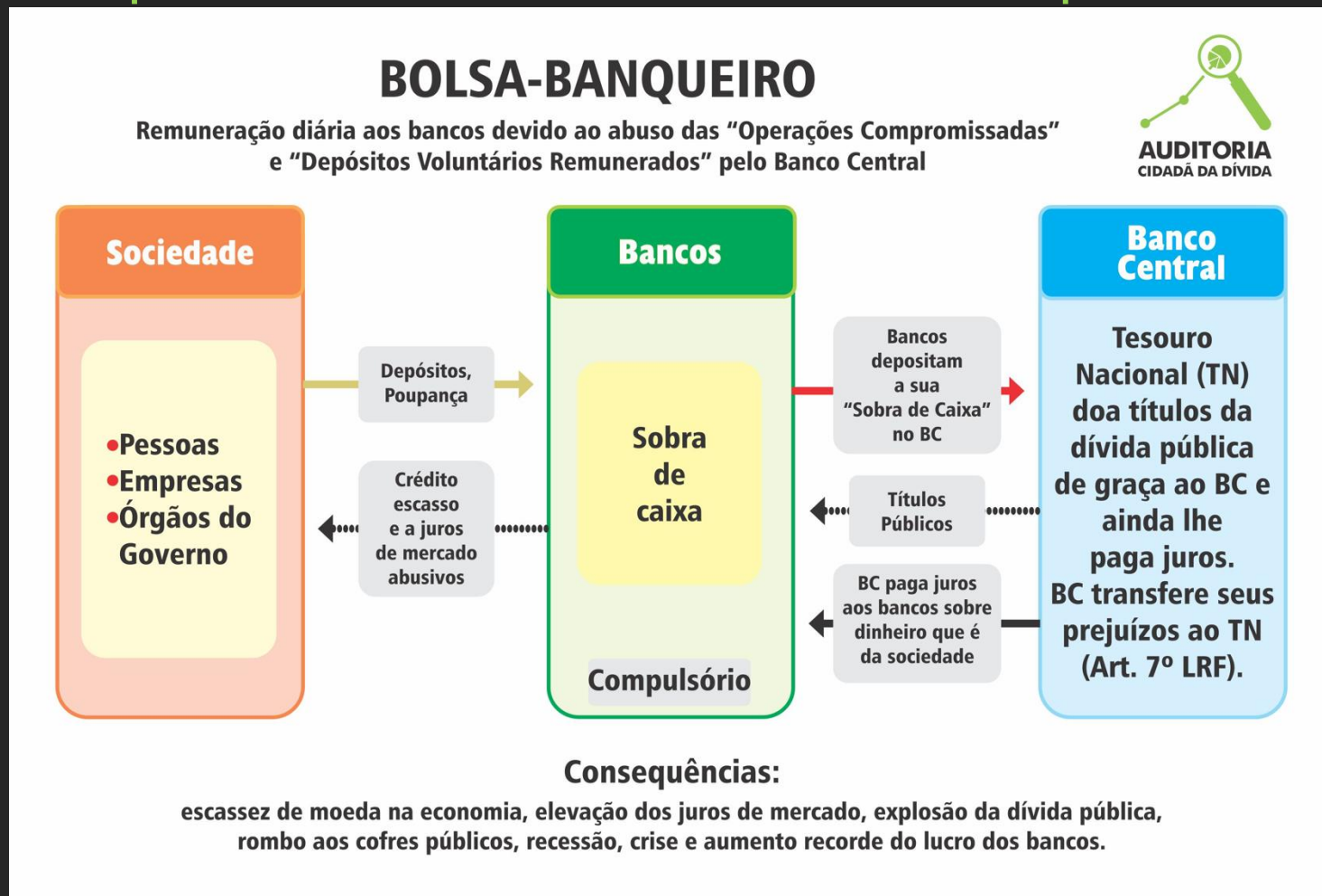
Isso mesmo, o dinheiro que os bancos não conseguem emprestar (porque cobram juros elevados demais) está sendo remunerado diariamente!

Em vez de acabar com essa ilegalidade, o governo enviou ao Congresso o PLP

<https://bit.ly/2GQFvS>

BC remunera diariamente os bancos:

Operação provoca escassez de moeda, elevação dos juros de mercado, explosão da dívida e rombo aos cofres públicos



Ver: Assalto aos cofres públicos <https://bit.ly/3coiw27> e <https://bit.ly/2YboFpY>

Bolsa-Banqueiro: uso abusivo de “Operações Compromissadas” e “Depósito Voluntário Remunerado”

- A remuneração diária da sobra de caixa dos bancos pelo Banco Central se dá atualmente através do uso abusivo das “Operações Compromissadas” e dos “Depósitos Voluntários Remunerados” .
- As “Operações Compromissadas” ultrapassam a casa dos TRILHÕES há anos, superando volume estratosférico de mais de 20% do PIB em diversos momentos, superando também o patamar de 25% da dívida bruta do governo geral (DBGG) e da dívida pública mobiliária interna (DPMFi), o que não encontra paralelo em nenhum outro país do mundo.
- O abuso das “Operações Compromissadas” provoca elevação da dívida pública, foi a principal responsável pela crise fabricada a partir de 2014 e constitui a principal operação responsável pelas elevadíssimas taxas de juros de mercado praticadas no Brasil, o que vem travando a circulação de moeda na economia brasileira, impedindo a geração de emprego e renda!

A REMUNERAÇÃO DA SOBRA DE CAIXA DOS BANCOS EXPLODIU EM PLENA PANDEMIA

<https://bit.ly/3B9Wyty>

CORREIO BRAZILIENSE

BANCO CENTRAL

Operações no overnight saltam para R\$ 1,6 trilhão em agosto

Volume de compromissadas, de curtíssimo prazo, chega a 22,2% do PIB.

A tão falada escassez de moeda é fabricada, porque superamos R\$ 1,7 trilhão de “Operações Compromissadas” em alguns dias de setembro/2020, disponíveis para empréstimos à sociedade, mas os bancos se negaram e só emprestaram depois de aprovado o PRONAMPE

A dobradinha Banco Central + Bancos privados

- O Banco Central ganha títulos públicos do Tesouro Nacional e ainda recebe juros sobre esses títulos, os quais utiliza para remunerar diariamente a sobra de caixa dos bancos, uma remuneração parasita, paga pelo BC sobre recursos que sequer pertencem aos bancos.
- Dessa forma, o Banco Central tem funcionado como uma correia de transmissão de recursos públicos aos bancos, que no Brasil lucram cada vez mais, às custas desse e outros mecanismos da política monetária suicida praticada pelo Banco Central.
- Essas nocivas operações custam trilhões de reais aos cofres públicos, provocando ainda a escassez de moeda com redução da oferta de crédito e, por isso, aumento do custo do crédito disponível.
- Como se isso não bastasse foi aprovado o PL 3.877/2020, “legalizando” essa verdadeira “Bolsa-Banqueiro” através da autorização de Depósitos Voluntários Remunerados sem limite e sem parâmetro algum.

Tesouro Nacional doa títulos públicos ao Banco Central e paga juros sobre esses títulos, que são usados pelo Banco Central para remunerar bancos

Gasto do Tesouro Nacional com a entrega de títulos da dívida pública e o pagamento de seus juros ao Banco Central – 2013 a 2023 (R\$ Bilhões)

Ano	Volume de Títulos entregues pelo Tesouro ao Banco Central sem contrapartida financeira (A)	Volume de Juros pagos pelo Tesouro Nacional ao Banco Central sobre os títulos públicos acumulados no BC (B)	Soma (C) = A + B
2013	129,61	94,18	223,79
2014	287,39	108,82	396,21
2015	192,48	145,46	337,94
2016	238,66	162,05	400,71
2017	88,21	163,11	251,32
2018	188,19	158,49	346,68
2019	185,18	152,78	337,96
2020	295,03	133,56	428,59
2021	374,53	174,02	548,55
2022	496,92	212,45	709,37
2023	361,16	233,56	594,72
Soma	2.837,36	1.738,48	4.575,84

Fontes: Coluna A: <https://sisweb.tesouro.gov.br/apex/f?p=2691:2:0:> ; Coluna B:

<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/balanceteslai> - Receitas com juros / em moeda local / títulos

O ROMBO DAS CONTAS PÚBLICAS ESTÁ NO SISTEMA DA DÍVIDA! Por que faltam recursos para investimentos?



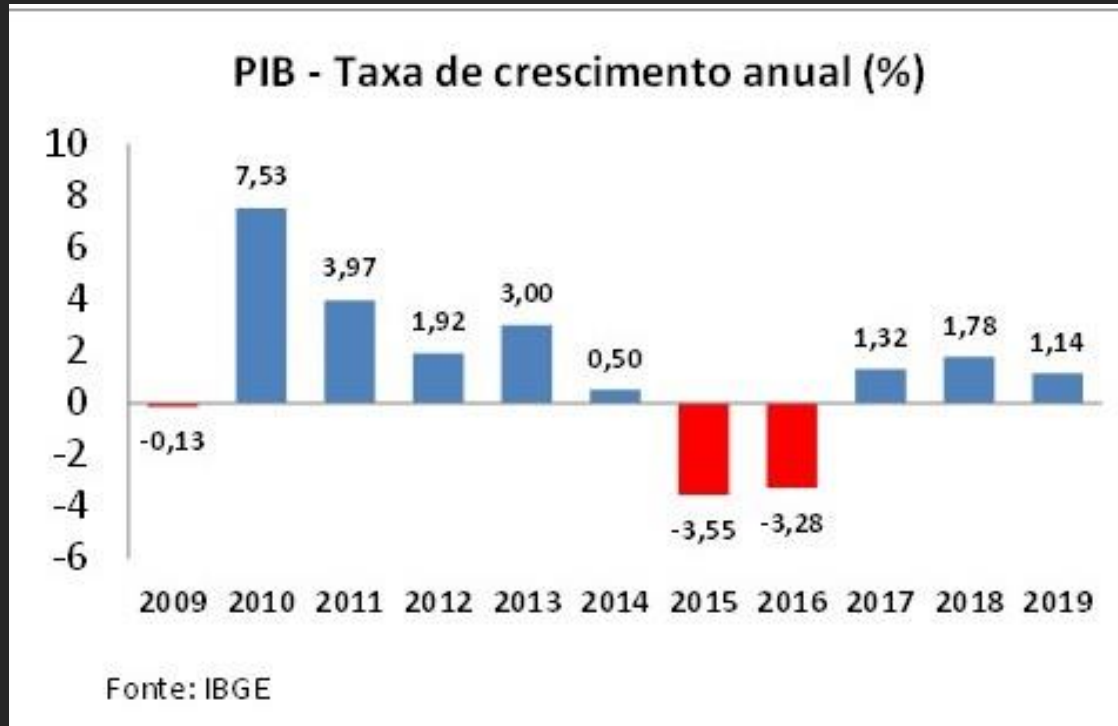
<https://bit.ly/3tTi0yX>



<https://bit.ly/3xajy98>

Em vez de instalar uma CPI para investigar o Banco Central e as operações que têm causado rombo e crise, Câmara priorizou dar autonomia e liberdade total, aprovando o inconstitucional PL 3.877/2020

RELAÇÃO ENTRE A CRISE FABRICADA E QUEDA DO PIB É DIRETA



- Em 2009, pela primeira vez o volume das Operações Compromissadas chegou a quase **meio trilhão** de reais.
Impacto: o PIB despencou e ficou negativo.
Ressalta-se o crescimento anterior: 2007 **6%** e 2008 **5%**
- A partir de 2014, observa-se o impacto da Crise Fabricada pelo Banco Central

ABUSO DAS OPERAÇÕES COMPROMISSADAS PELO BANCO CENTRAL

PRINCIPAL RESPONSÁVEL:

- Pela **fabricação da crise**, que se aprofunda a partir de 2015.
- Pelo **travamento da economia brasileira**, devido ao seu impacto na manutenção dos juros de mercado em patamares abusivos.

DIANTE DE TUDO ISSO, O QUE SE VIU?

ALGUMA PROVIDÊNCIA LEGAL CONTRA ESTES ABUSOS?

- Essa **nociva operação** (que na prática corresponde à injustificada remuneração da sobra de caixa dos bancos) foi **"legalizada"**
- O Congresso Nacional aprovou o **PL 3.877/2020** (autor Senador Rogério Carvalho, PT/SE), que **"legaliza"** essa remuneração e a deixa **sem limite, sem nenhum parâmetro**. Assim a **política de juros abusivos que amarra o Brasil, se eterniza**.

A CRISE FABRICADA GERA PERDAS PARA A SOCIEDADE E LUCROS PARA OS BANCOS

➤ PERDAS PARA A SOCIEDADE, PARA AS FINANÇAS PÚBLICAS E PARA TODA A ECONOMIA

Desemprego, queda do volume de serviços, redução do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo (que reflete os investimentos, principalmente em infraestrutura e indústria no país), queda de arrecadação, aumento do gasto público (para remunerar os bancos), explosão da dívida pública, queda de investimentos e encolhimento do PIB.

➤ EXPLOÇÃO DO LUCRO DOS BANCOS

Ganhos bilionários com a remuneração de sua sobra de caixa e contratos de *swap*, além dos elevadíssimos juros. Aumento dos depósitos a prazo (Certificados de Depósitos Bancários - CDB e Recibos de Depósitos Bancários - RDB , "títulos privados, oferecidos pelas instituições financeiras, com o objetivo de captação de recursos junto ao mercado, com taxas e prazos negociados", Sist. Gerenciador Séries Temporais - SGS/BCB), devido aos juros elevadíssimos.

A CRISE FABRICADA TEM SERVIDO PARA ESTIMULAR A FINANCEIRIZAÇÃO, AUMENTAR A DÍVIDA PÚBLICA E TEM SIDO USADA COMO JUSTIFICATIVA PARA CONTÍNUAS CONTRARREFORMAS

- **Financeirização dos investimentos:** as altas taxas de juros (com o discurso mentiroso de contenção da inflação) tornaram mais rentável o investimento no mercado financeiro do que no setor produtivo, absorvendo os recursos destes e esfriando toda a atividade econômica.
- O **maior gasto governamental** tem sido com **despesas financeiras** para pagamento dos elevados juros e dos mecanismos financeiros que alimentam o Sistema da Dívida e geram a dívida pública federal sem contrapartida em investimentos para o país, beneficiando apenas os rentistas, e não a sociedade e o nosso desenvolvimento socioeconômico.
- A **crise fabricada faz explodir a Dívida Pública**, que tem sido usada como **justificativa para contínuas contrarreformas**, como a trabalhista, da Previdência, Administrativa, a EC 95/2016 e LC 200/2023 (teto de gastos primários), entre outras.

➤ **2.3 - Modelo Tributário Regressivo**

Distorções do Modelo Tributário

O sistema tributário brasileiro possui inúmeros problemas, mas o mais grave é a sua **REGRESSIVIDADE**, ou seja, onera os mais pobres e isenta os mais ricos.

Notícia divulgada hoje pelo jornal Valor Econômico comprova o privilégio dos ricos:

“Imposto de milionários é igual a de salário de RT\$ 6 mil”

Ver artigo **“Qual modelo queremos?”**

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/qual-reforma-tributaria-queremos-por-maria-lucia-fattorelli/>

Tributação Estudo do Ipea aponta que carga tributária sobre a renda para de subir em 14% e começa a cair no topo da pirâmide

Imposto de milionários é igual a de salário de R\$ 6 mil

Marcello Corrêa
De Brasília

A tributação média sobre as faixas de renda mais altas do país é de, no máximo, 14,2%, segundo estimativa divulgada na terça-feira (29) pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). De acordo com o estudo, essa alíquota é atingida no grupo que recebe, em média, R\$ 450 mil líquidos por ano (descontada a contribuição previdenciária). A partir desse patamar, o imposto cobrado é menor: entre os que têm ganho médio de mais de R\$ 1 milhão por ano, é de 13,6%.

Para ter uma ideia, a tributação sobre o 0,01% mais rico da população, que ganha ao menos R\$ 8 milhões por ano e em média R\$ 26 milhões, é semelhante à de um trabalhador assalariado que recebe R\$ 6 mil por mês. As duas faixas de renda têm alíquota efetiva de aproximadamente 13%.

A nota técnica, assinada pelo pesquisador Sérgio Wulff Gobetti, tem o objetivo de fazer um diagnóstico da regressividade da tributação sobre a renda no país. Ou seja, apontar como o sistema de impostos contribui para reforçar desigualdades, em vez de reduzi-las. A tributação sobre dividendos é um dos caminhos apontados para corrigir distorções, mas enfrenta resistência no Congresso e é criticada por outros especialistas.

O trabalho tem como principal diferencial técnico considerar na conta também o imposto pago pelas empresas. Ou seja, inclui no cálculo a hipótese em que sócios de empresas tirem do próprio bolso os tributos que incidem sobre as pessoas jurídicas. No limite máximo, a estimativa é que essa transferência de ônus seja de 100%.

Em cenários em que a transferência é menor, a regressividade é ainda maior. Considerando uma estimativa em que apenas o imposto pago pelas empresas do Simples Nacional impacta o orçamento da pessoa física, a alíquota efetiva média chega a, no máximo, 12,1% sobre a faixa dos que ganham R\$ 450 mil, antes de cair nas faixas de renda superiores.

A análise sobre os lucros das empresas e dividendos distribuídos aos acionistas foi incluída no trabalho porque essa é a princi-



Sérgio Gobetti: “Imposto de Renda deixa de ser progressivo a partir de determinado ponto, no topo da pirâmide de renda”

Imposto regressivo

As alíquotas efetivas por faixa de renda

Estrato de renda (% mais rico)	Número de declarantes (Em mil)	Renda anual média (em R\$ mil)	Alíquota média (em %)
0,01%	15,4	26.036,9	12,9
0,1%	153,7	5.295,3	13,2
1%	1.536,7	1.053,3	13,6
Ponto de máximo	384,2	449,9	14,2
5%	7.683,4	351,0	13,2

Fonte: Ipea

pal fonte de renda nos estratos mais altos. O percentual de renda do capital entre o 1% mais rico do Brasil é de 61%, segundo o estudo. Entre a média da população adulta, essa participação é de 20%, pois a renda do salário tem maior protagonismo.

O texto do Ipea é divulgado no momento em que o governo estuda mudanças no imposto sobre o consumo.

No início do mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a taxação mínima sobre pessoas que ganham mais de R\$ 1 milhão é um dos cenários apresentados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para os R\$ 5 mil.

“Existe esse debate sobre uma alíquota mínima sobre as pes-

soas que ganham acima de R\$ 1 milhão. O problema da regressividade está atingindo exatamente esse nível de renda, um pouquinho abaixo, até. E vejamos que mesmo quando a gente considera o tributo pago pelas empresas, temos em média uma taxa efetiva inferior aos 15% de imposto mínimo, que é uma espécie de referência internacional”, comenta Gobetti, que é pesquisador de carreira do Ipea, cedido à Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, onde atua como coordenador da assessoria técnica.

Segundo o pesquisador, as distorções indicadas pelo estudo apontam falhas no sistema de tributação sobre a renda, que deveria ser progressivo.

O Imposto de Renda deixa de ser progressivo a partir de um determinado ponto, justamente no topo da pirâmide de renda. Isso é algo que não é desejável no nosso modelo de tributação e é um patamar muito baixo do ponto de vista de comparação internacional”, afirma. Ele explica que o debate sobre tributar dividendos, hoje isentos, colaboraria para reduzir as desigualdades.

“Com a volta da tributação de dividendos com certeza nós teríamos uma curva crescente [ao longo das faixas de renda]. Ela chegaria a um ponto de máximo que chegaria àquele décimo de milhão [mais rico]. Poderíamos chegar a uma alíquota máxima entre 25% e 30%, saindo de 14%”, estima.

Tributação sobre dividendos é um dos caminhos apontados para corrigir distorções

Diversos estudos denunciam graves distorções que prejudicam os mais pobres e privilegiam ricos

CARTA DE CONJUNTURA

NÚMERO 65 — NOTA DE CONJUNTURA 8 — 4º TRIMESTRE DE 2024



NOTA TÉCNICA

Progressividade tributária: diagnóstico para uma proposta de reforma

1 Introdução

Esta breve *Nota Técnica* tem por objetivo oferecer subsídios para o debate em torno da reforma da tributação da renda, abordando o problema da baixa progressividade do sistema tributário brasileiro derivado do amplo espectro de rendimentos isentos no topo da distribuição de renda do país. Basicamente, nossas estimativas mostram que, mesmo quando avaliamos a progressividade da tributação da renda de modo mais am-

Sérgio Wulff Gobetti

Pesquisador de carreira do IPEA cedido à Secretaria de Fazenda do RS, onde atua como coordenador da assessoria técnica

swgobetti@gmail.com

Divulgado em 29 de outubro de 2024.

https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2024/10/241029_cc_65_nota_8_progressividade_tributaria.pdf



REFORMA TRIBUTÁRIA < □

Imposto de Renda de 15 mil milionários é igual ao de assalariado que recebe R\$ 6.000, diz estudo

Trabalho do Ipea também mostra que isenção de dividendo garante tributo máximo de 14,2% para sócios de empresas no Brasil

29.out.2024 às 11h01

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/isencao-de-dividendos-garante-imposto-maximo-de-14-2-para-socios-de-em-presas-diz-estudo.shtml>

FENAFISCO ▾ NOTÍCIAS ▾ PUBLICAÇÕES ▾ PARLAMENTAR ▾ AGENDA



NOTÍCIAS FENAFISCO | PLENAFISCO

Renúncia fiscal de estados e DF chega a R\$ 266,5 bilhões em dez anos

Estudo inédito da Fenafisco aponta a estimativa de crescimento entre 2015 e 2025. A indústria é o setor mais beneficiado

Por Cecília Araújo — Atualização: terça-feira, 29th outubro, 2024

<https://fenafisco.org.br/25/10/2024/renuncia-fiscal-de-estados-e-df-chega-a-r-2665-bilhoes-em-dez-anos/>

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA POR ENTE FEDERADO

Carga Tributária por Ente Federativo

Entidade Federativa	2021			2022			Variação			
	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]	% do PIB	% da Arrecad.	Arrecadação [R\$ milhões]		p.p. do PIB	p.p. da Arrecad.
							Nominal	Real ⁽¹⁾		
União	1.942.372,21	21,83%	66,25%	2.252.914,54	22,72%	67,70%	310.542,33	149.651,85	0,89	1,44
Estados	790.017,77	8,88%	26,95%	850.973,08	8,58%	25,57%	60.955,31	-4.483,40	-0,30	-1,37
Municípios	199.354,61	2,24%	6,80%	223.783,01	2,26%	6,72%	24.428,40	7.915,47	0,02	-0,07
Total	2.931.744,59	32,95%	100,00%	3.327.670,63	33,56%	100,00%	395.926,03	153.083,91	0,62	0,00

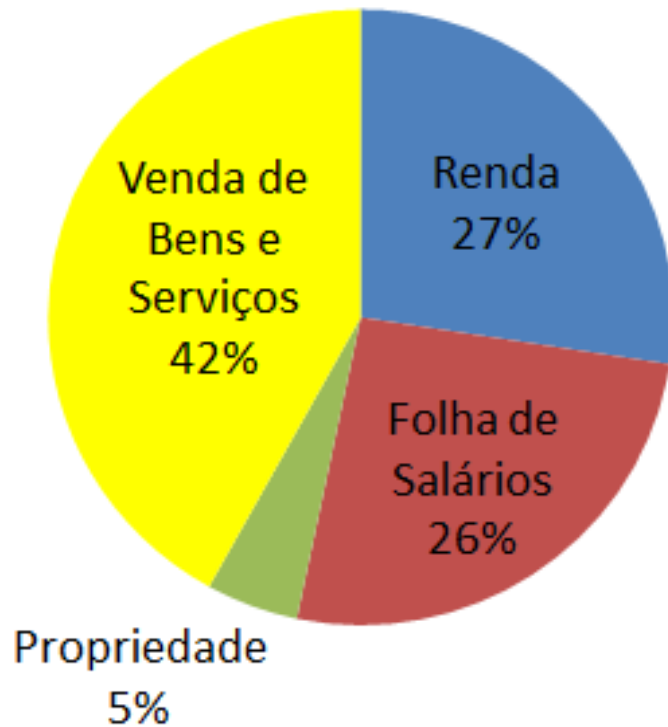
(1) Foi usado o deflator implícito do PIB para corrigir a arrecadação de 2021.

Fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2022>

- Em 2022 a carga tributária brasileira foi de 33,56% do PIB.
- A arrecadação tributária seguiu concentrada na União (67,70%), enquanto os Estados ficaram com 25,57% e os Municípios com apenas 6,72%.
- A União repassa parte da receita tributária aos Estados (FPE) e Municípios (FPM), mas ainda assim a maior concentração permanece na União.

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA SEGUNDO SUA INCIDÊNCIA

Tributos por base de incidência - Total = R\$ 3,327 Trilhões
Carga Tributária em 2022: 33,56% do PIB
Inclui esferas federal, estadual e municipal



No Brasil, a carga tributária está mais concentrada sobre o Consumo e a Renda do Trabalho, enquanto a distribuição de lucros e as fortunas ficam isentas.

O gráfico mostra a flagrante injustiça da incidência tributária, que **pesa mais sobre a classe trabalhadora e sobre os mais pobres**, que destinam todas as suas disponibilidades para o Consumo.

Fonte: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/carga-tributaria/carga-tributaria-no-brasil-2022>. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. O item "tributos sobre transações financeiras", que se refere principalmente ao IOF, foi incluído na tributação sobre o consumo, tendo em vista que o IOF incide sobre operações de crédito, seguros, compras com cartão de crédito, dentre outras transações de consumo.

RISCOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO PEC 45 – Emenda Constitucional 132/2023

QUEM VAI PAGAR A CONTA DA REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO? Você e as pessoas mais pobres!

A “Reforma Tributária do Consumo” (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 45/2019) está tramitando no Congresso Nacional e vai mexer no seu bolso! Ela foi aprovada recentemente na Câmara dos Deputados e agora tramita no Senado Federal.

Essa reforma altera a Constituição Federal e contém graves riscos para estados, municípios e para o financiamento da Seguridade Social, que engloba as importantes áreas da Previdência, Saúde e Assistência Social.

Ela altera apenas os tributos que incidem sobre o “Consumo”, isto é, impostos e contribuições que são cobrados embutidos nos preços de todos os produtos e serviços. Essas alterações poderão significar até aumento da carga tributária que recai sobre as pessoas mais pobres! Essa proposta que altera a Constituição Federal mantém privilégios para ricos setores (mineração, grande agronegócio de exportação e grandes petroleiras que exploram o nosso petróleo). Não altera a estrutura do modelo tributário brasileiro, que continua sendo extremamente regressivo, ou seja, arrecada mais de quem ganha menos e, assim, concentra cada vez mais a renda e a riqueza nas mãos de poucos, ao invés de distribuí-la.

Estrutura do Modelo Tributário Brasileiro

<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/quem-vai-pagar-a-conta-da-reforma-tributaria-do-consumo/>

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS - UNIÃO

- Escandalosa isenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de lucros e dividendos aos sócios de bancos e empresas
- Falta de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Dedução de juros sobre o capital próprio
- Isenção de IR sobre remessas de lucros ao exterior
- Isenção de IR sobre ganhos de estrangeiros que aplicam em títulos da dívida “interna” brasileira
- Incentivos à exportação, que beneficiam principalmente as grandes Trading Company das áreas de commodities (grande agronegócio e mineração) que têm provocado crescente dano ambiental, e outras exportadoras.
- Na esfera federal os incentivos à exportação contemplam o Imposto de Exportação, IOF, PIS, COFINS e IPI, além de outros benefícios creditícios (empréstimos do BNDES por exemplo). Adicionalmente, as taxas de exploração do meio ambiente são irrisórias (TCFA) e os royalties de minério cobrados no Brasil são os menores do planeta .

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – ESTADOS

- Injustificada isenção de ICMS sobre exportação (Lei Kandir)
- Baixa tributação sobre heranças (EC 132/2023 prevê progressividade, porém, as alíquotas serão definidas pelos estados).
- Falta de incidência de IPVA sobre helicópteros, jatinhos, iates, lanchas e outras embarcações e aeronaves de luxo. (EC 132/2023 prevê IPVA sobre estes veículos, porém, ainda falta a regulamentação nos estados, e não incidirá sobre veículos agrícolas – aeronaves, tratores e máquinas)

ISENÇÕES/RENÚNCIAS FISCAIS – MUNICÍPIOS

- Perdas com as renúncias praticadas em âmbito federal (Imposto de Renda e do IPI por exemplo) e estadual (ICMS e outros tributos), pois parte da arrecadação desses tributos é devida aos municípios.
- Os municípios praticam renúncias fiscais de ISS para atrair empresas e concedem isenções de ISS para incentivar exportações.
- Adicionalmente, deixam de aplicar a progressividade do IPTU, que possibilitaria arrecadar mais com imóveis de luxo e reduzir alíquotas de regiões empobrecidas.

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO (EC 132/2023)

- Altera apenas os tributos que incidem sobre o “Consumo”, isto é, impostos e contribuições que são cobrados embutidos nos preços de todos os produtos e serviços.
- Essas alterações poderão significar até aumento da carga tributária que recai sobre as pessoas mais pobres!
- Não altera a estrutura do modelo tributário brasileiro, que continua sendo extremamente regressivo, ou seja, arrecada mais de quem ganha menos e, assim, concentra cada vez mais a renda e a riqueza nas mãos de poucos, ao invés de distribuí-la.

UNIFICAÇÃO DE TRIBUTOS SOBRE O CONSUMO

- De 2029 a 2033, o **IBS (“Imposto sobre Bens e Serviços”)** vai substituir gradualmente o ICMS (imposto estadual sobre circulação de bens e serviços) e o ISS (imposto municipal sobre serviços);
- Em 2027, a **CBS (“Contribuição sobre Bens e Serviços”)** vai substituir as contribuições sociais federais COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social)
- Em 2027, um **imposto seletivo** (com o objetivo de desestimular o consumo de produtos considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente) vai substituir o IPI (“Imposto sobre Produtos Industrializados”).

REFORMA TRIBUTÁRIA DO CONSUMO (EC 132/2023)

- Prevê que o IBS, a CBS ou o novo imposto seletivo incidirão sobre as exportações, mantendo os atuais privilégios do setor primário exportador
- Criação de nova instituição independente, denominada “**Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços**”, que será o grande caixa de arrecadação do novo IBS, ou seja, irá arrecadar e administrar os principais tributos (ICMS e ISS) que atualmente são arrecadados por cada ente federado, ou seja, por cada um dos 27 estados, Distrito Federal e 5.570 municípios.
- **Estados e Municípios perdem a autonomia e o controle** sobre suas arrecadações próprias, pois a administração e a gestão do IBS ficarão a cargo da nova instituição. (ver <https://fenafisco.org.br/21/10/2024/fenafisco-propoe-aprimoramento-ao-processo-de-regulamentacao-da-reforma-tributaria/>)
- Isso poderá facilitar a implementação de nocivos esquemas de desvios de receitas públicas, como o esquema da “Securitização” na esfera pública, aprovada pela Lei Complementar 208/2024.

REFORMA TRIBUTÁRIA JÁ VOTADA NÃO ACABA COM AS INJUSTIÇAS

Brasil de Fato

— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —



ENGLISH

Início

Opinião

Política

Direitos Humanos

Cultura

Geral

Saúde

Internacional

Especiais

Rádio

Podcast



INÍCIO > POLÍTICA

MUDANÇA DE ROTA

Governo adia novamente reforma do Imposto de Renda e decide priorizar corte de gastos para 'salvar' arcabouço fiscal

Gestão Lula, que até então buscava aumentar receitas, sinalizou que é hora de reduzir despesas por metas fiscais

Vinicius Konchinski

Brasil de Fato | Curitiba (PR) | 17 de outubro de 2024 às 20:18

➤ **2.4 - Modelo extrativista
irresponsável para com as pessoas
e o ambiente**

MODELO PRIMÁRIO – EXPORTADOR AGRONEGÓCIO E MINERAÇÃO

- Enquanto se comemora recordes de safras e de exportação de commodities, 40 milhões de brasileiros(as) se encontram em situação de insegurança alimentar (dado de 2023).

(Fonte: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/06e0ef30-24e0-4c37-887a-8caf5a641616/content> , pág. 207).

- Esse paradoxo mostra claramente que o grande agronegócio de exportação não tem relação com a alimentação do povo brasileiro: é um grande negócio! <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/agronegocio-e-a-divida-publica/>
- O que de fato alimenta a população é a pequena agricultura familiar, que tem recebido pouca ou nenhuma atenção dos sucessivos governos, enquanto o grande agronegócio recebe quase toda a verba pública destinada à Agricultura, além de subsídios tributários e creditícios, com acesso a empréstimos subsidiados, investimentos em infraestrutura etc.

AGRONEGÓCIO E MINERAÇÃO: GERAÇÃO DE DÍVIDA ECOLÓGICA

MODELO PRIMÁRIO – EXPORTADOR AGRONEGÓCIO

- O Agronegócio não contribui para o financiamento do Estado <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/18319-20211027.pdf>
- A análise dos orçamentos públicos de todas as esferas – federal, estadual e municipal – mostra que a participação do agronegócio no financiamento do Estado é negativa, devido às inúmeras isenções e subsídios, incentivos fiscais etc. de tal maneira que os tributos arrecadados do setor são próximos de zero.
- Além de pouco contribuir para o financiamento do Estado, o rombo provocado pelo agronegócio às contas públicas e a toda a sociedade é imenso.
- O custo decorrente do dano ambiental brutal que tem sido causado pelo desmatamento desenfreado para a contínua expansão do agronegócio, desrespeitando territórios de povos originários e reservas ecológicas; o uso abusivo de água; as graves consequências da contaminação pelo uso excessivo de agrotóxicos, e a exploração da classe trabalhadora, inclusive com inúmeras denúncias de trabalho escravo, estão entre os diversos fatores a serem quantificados para se calcular a dívida ecológica gerada pelo agronegócio no Brasil.

DÍVIDA ECOLÓGICA COMPROMETE A VIDA NO PLANETA



REUTERS

| O chamado 'Dia do Fogo' ocorreu em 10 de agosto de 2019

Números das queimadas e seca histórica em 2024

- Somente em 2024 (até setembro), quase 225 mil km² foram afetados pelo fogo em todo o país
- No acumulado de 2024, 139.303 focos de queimadas foram registrados em todo território nacional, um salto de 50,5% em relação a igual recorte de 2023 (68.853). <https://agro.estadao.com.br/sustentabilidade/brasil-tem-50-mais-queimadas-em-2024-e-soma-139-mil-focos>
- Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), 2024 registra a seca de maior extensão e intensidade no país dos últimos 70 anos <https://agro.estadao.com.br/sustentabilidade/brasil-tem-50-mais-queimadas-em-2024-e-soma-139-mil-focos>
- O Pantanal Mato-grossense pode desaparecer até o fim do século como consequência do aquecimento global.



<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-09/fogo-na-amazonia-se-concentra-em-locais-onde-agronegocio-avanca>



<https://www.correio braziliense.com.br/brasil/2024/09/6952821-queimadas-chamam-atencao-para-urgencia-de-um-agronegocio-sustentavel.html>

QUEIMADAS EM 2024

- A ASCEMA Nacional (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e PECMA) já havia alertado, em maio, diante do desmonte dos órgãos de fiscalização, que situação de “catástrofe sem precedentes” poderia acontecer.
- Neste ano de 2024, o governo federal reduziu em 24% o orçamento do Ibama para o combate aos incêndios. O corte de R\$ 12 milhões deixou o órgão com um orçamento de R\$ 50 milhões para o ano, menos da metade dos R\$ 120 milhões que havia solicitado.
- Isso impacta diretamente no trabalho a ser desenvolvido, como aquisição de equipamentos e contratação de brigadistas.
- *“Fazendeiros, empresários e advogados donos de propriedades rurais foram identificados pelo governo federal como responsáveis pelos megaincêndios florestais no Brasil neste ano.”* (Jornal O Globo, 18/10/2024 - <https://oglobo.globo.com/brasil/meio-ambiente/noticia/2024/10/18/proprietarios-rurais-sao-responsaveis-pelos-maiores-incendios-florestais-registrados-no-pais-em-2024.ghml>)

Mineração 'come pedaço' da Serra do Curral; veja comparação de fotos

Enquanto órgãos diversos do poder público não se entendem sobre regularidade de projeto, ação de mineradora vai a todo vapor abrindo terreno aos pés do maciço que deu nome a BH

“Atividade ironicamente iniciada para recuperação ambiental”

<https://goo.gl/YXjPvp>



1996



2018

CRIME DE MARIANA Devedores da Dívida Ecológica
BHP Billiton, Vale e Samarco





Fotos de satélite mostram o antes e o depois da tragédia (Foto: Divulgação/Globalgeo e a DigitalGlobe)



Fotos de satélite mostram o antes e o depois da tragédia (Foto: Divulgação/Globalgeo e a DigitalGlobe)

Crime de Mariana

- Morte de pessoas
 - Morte do Rio Doce
 - Morte de peixes e inúmeras espécies animais e vegetais
- Distrito de Bento Rodrigues soterrado e outros atingidos
 - Falta de acesso a água
 - Perda de empreendimentos, atividades profissionais e vitais, com reflexos diretos na vida de milhões de pessoas
- Contaminação irreversível

Caso incontestável de DÍVIDA ECOLÓGICA

Exploração do NIÓBIO em Araxá contamina águas curativas



CONTAMINAÇÃO CAUSADA PELA CBMM EM ARAXÁ AMEAÇA POPULAÇÃO E TURISMO

📅 17 setembro, 2015 💬 Nenhum comentário 📌 POLÍTICA

Complexo hidromineral de Araxá ameaçado: mineração contamina a água



Uma das ilhas do Xingu, desmatada e queimada para o enchimento do lago de Belo Monte. / LILO CLARETO

DÍVIDA ECOLÓGICA

Fotos da série “A devastação do Xingu em imagens”

Violação do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade de pessoas atingidas pela construção da USINA DE BELO MONTE



15

Um dos buracos artificiais de Belo Monte.

LILO CLARETO

OURO E DIAMANTE EXTRAÍDOS DE BELO MONTE



TSX: BSX 

Subscribe to our email list

email address

[Home](#)

[Corporate](#)

[Volta Grande](#)

[Investors](#)

[News](#)

[Connect](#)



Volta Grande: advanced-stage gold exploration project



Properties located in Brazil's most prolific gold regions



Latest News

May 28, 2015

Belo Sun Announces AGM Results

May 21, 2015

Belo Sun Closes Strategic Investment With Agnico Eagle

May 14, 2015

Belo Sun Announces Strategic Investment by Agnico Eagle

May 8, 2015

Belo Sun Files NI 43-101 Technical Report for Its Volta Grande Gold Project

Belo Sun Mining Corp. is a Canadian-based mineral exploration and development company primarily focused on advancing the Volta Grande Gold Project located in Pará State, Brazil.

In March 2015, the Company issued a NI 43-101 compliant Feasibility Study for the Volta Grande Project which estimates an economically robust project with average annual gold production of 205,000 ounces of gold for 17 years with a cash operating cost of \$618/oz Au (click [HERE](#) to download the Technical Report).



Stock Info

Stock Quote:

Price	0.24
Change	+0.00
Volume	40,500
Gold Price:	1,083.88

Featured Info



Corporate
Presentation

88 MILHÕES DE TONELADAS DE OURO SENDO EXTRAÍDAS DE BELO MONTE



Uma Montanha de Ouro por Trás de Belo Monte (Volta Grande do Rio Xingu - Altamira, Pará, Brasil)

<https://www.youtube.com/watch?v=cl2U9xhGwDA>

Papa Francisco fala sobre **DÍVIDA ECOLÓGICA**

A desigualdade não afeta apenas os indivíduos mas países inteiros, e obriga a pensar numa ética das relações internacionais. Com efeito, há uma verdadeira «dívida ecológica», particularmente entre o Norte e o Sul, ligada a desequilíbrios comerciais com consequências no âmbito ecológico e com o uso desproporcionado dos recursos naturais efetuado historicamente por alguns países. As exportações de algumas matérias-primas para satisfazer os mercados no Norte industrializado produziram danos locais, como, por exemplo, a contaminação com mercúrio na extração minerária do ouro ou com o dióxido de enxofre na do cobre.

Quando os seres humanos destroem a biodiversidade na criação de Deus; quando os seres humanos comprometem a integridade da terra e contribuem para a mudança climática, desnudando a terra das suas florestas naturais ou destruindo as suas zonas húmidas; quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... tudo isso é pecado.

Tópico 3

Propostas de mudança para outro modelo econômico

Campanha Nacional por Direitos Sociais

- Fortalecer a Campanha Nacional por Direitos Sociais, que visa fortalecer e articular as diversas lutas sociais em andamento no país.

- Ninguém mais luta sozinho!



- Acesse a página da Campanha e faça parte:

<https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



A MOBILIZAÇÃO SOCIAL CONSCIENTE VAI VIRAR O JOGO - Vídeo 24 #EHORAdVirarOJOGO

Assista este <https://www.youtube.com/watch?v=dTZN-g8UNuw> e demais vídeos da Campanha É Hora de Virar o Jogo <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

SISTEMA DA DÍVIDA

- Realização de Auditoria Integral da Dívida Pública com participação social, em todas as esferas (federal, estadual, distrital e municipal), a fim de identificar os mecanismos ilegais, ilegítimos e até fraudulentos;
- Impedir a atuação de mecanismos financeiros que geram dívidas sem contrapartida alguma ao país, como já denunciado até pelo TCU;
- Impedir a implementação do esquema de Securitização de Créditos Públicos e suspender a sua atuação onde já tiver sido instalado;
- Exigir completa identificação dos detentores de títulos da dívida pública federal e sua publicação detalhada;
- Exigir a reparação dos danos financeiros, patrimoniais e morais decorrentes das diversas ilegalidades e fraudes já apuradas;
- Controle social participativo sobre a contratação de toda e qualquer obrigação financeira pelos entes federados.

POLÍTICA MONETÁRIA

- Auditoria do Banco Central identificando os mecanismos de política monetária que têm descumprido o Art. 192 da CF/88 e impedido o “desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade” e proibir o funcionamento desses mecanismos;
- Interromper a nociva remuneração diária da sobra de caixa dos bancos que tem sido feita por meio do abuso das “Operações Compromissadas” e “Depósitos Voluntários Remunerados”, todos sigilosos;
- Identificar todos os contratos de swap cambial e impedir que o Banco Central continue garantindo a variação do dólar nesses contratos sigilosos, às custas do orçamento público;
- Modificação completa da política monetária e econômica, devendo o combate à inflação ser feito a partir do controle dos preços administrados e mudança na política agrícola, e não com altas taxas de juros e exorbitantes volumes de operações compromissadas;
- Estabelecer rigoroso controle sobre o fluxo de capitais financeiros;
- Destinar recursos do sistema financeiro nacional preferencialmente aos bancos comunitários, permitindo o seu funcionamento de forma ampla e decidida pela comunidade;
- Revogação da “independência” do Banco Central.

MODELO TRIBUTÁRIO

- Redução da carga tributária sobre o consumo e aumento da carga tributária sobre lucros, patrimônio (em especial as grandes fortunas) e rendas elevadas;
- Tributação das remessas de lucros ao exterior e exportações de commodities, bens e serviços;
- Completa revisão dos incentivos e renúncias fiscais, para que prevaleçam somente aqueles que possuem justificativa para a coletividade como um todo, abolindo-se os privilégios específicos para certos setores;
- Implementação de medidas tributárias para o controle de capitais, a fim de evitar a evasão de divisas, crimes de lavagem de dinheiro e outros;
- Fortalecimento da administração tributária e revogação das medidas que incentivam a sonegação fiscal (por exemplo a extinção da punibilidade por meio do pagamento ou mero parcelamento), anistias injustificadas, Refis e outros.

ECONOMIA ECOLÓGICA

- Revisão completa do modelo de exploração mineral predatória e agronegócio voltado para exportação (que não têm contribuído para o financiamento do Estado devido aos inúmeros incentivos à exportação, e ainda deixam crescente dano ambiental)
- Essas atividades devem dar lugar a uma relação respeitosa para com o ambiente e economia solidária.
- Priorização da agricultura familiar, produtora de alimentos para o povo brasileiro
- Fortalecimento dos canais de comercialização direta com o consumidor (como as feiras livres)
- Cobrar a fatura da Dívida Ecológica histórica e atual

Há gente que rejeita qualquer proposta de modificação do fracassado modelo econômico atual, que só tem provocado miséria, injustiças, atraso e morte.

Nós acreditamos que é urgente mudar.

Desigualdade social gera violência

≡ EL PAÍS INTERNACIONAL

DESIGUALDADE ECONÔMICA >

Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico

Pesquisa comparativa liderada por Thomas Piketty aponta que 27,8% da riqueza nacional está em poucas mãos

f t ↻



≡ EL PAÍS BRASIL

DESIGUALDADE SOCIAL >

Seis brasileiros concentram a mesma riqueza que a metade da população mais pobre

Estudo da Oxfam revela que os 5% mais ricos detêm mesma fatia de renda que outros 95%
Mulheres ganharão como homens só em 2047, e os negros como os brancos em 2089

f t ↻



É HORA DE VIRAR O JOGO

<https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

24 vídeos, textos, cartas autoridades



Muito grata

Maria Lucia Fattorelli

ACESSE

AUDITORIACIDADA.ORG.BR



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADADADIVIDA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADA



Spotify.



Google Podcasts

#ÉHORADEVIRAROJOGO